JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal | Ano XII — Nº 2.401/86 — Brasília, 26 de junho a 2 de julho de 2006 | EDIÇÃO SEMANAL

DOMÉSTICOS

MARCOS NEGRINI/SETEC-MT

Empregadas domésticas, beneficiadas por MP, se capacitam em curso do Senac em Cuiabá

FGTS, 30 dias de férias e incentivo à carteira assinada

PÁGINA 3

Comissão de Orçamento aprova lei após concessões do governo federal

LDO pronta para ser votada pelo Congresso

Lei que fixa parâmetros para a montagem do Orçamento do governo que assume em 2007, a LDO pode ser votada esta semana no Congresso, 20 dias antes do recesso parlamentar, que não se inicia sem essa votação. A expectativa é que seja mantido acordo que levou à aprovação do substitutivo do senador Romero Jucá na Comissão Mista de Orçamento.

PÁGINA 7

GERALDO MAGELA

Relator da matéria, Romero Jucá *(entre Carlito Merss e Gilmar Machado)* analisou mais de 2.300 emendas apresentadas à LDO

Com empréstimos caros, bancos mantêm lucros altos

O aumento da lucratividade dos bancos no primeiro trimestre do ano – 56,3% superior ao registrado no mesmo período de 2005 – penaliza os trabalhadores brasileiros, avaliam Heloísa Helena e Mão Santa.

PÁGINA 5

cidadania

Conseqüências do uso de drogas por adolescentes

O consumo de drogas por adolescentes começa cada vez mais cedo, facilitado pelo ambiente social e por amigos usuários. Pesquisa mostra que as primeiras experiências com bebidas alcoólicas são feitas aos 12 anos.

PÁGINA 16

CPI dos Bingos aprova relatório e conclui trabalhos

PÁGINA 9

Amir Lando é relator e Biscaia presidente da CPI dos Sanguessugas

CPI é instalada e elege o deputado Antonio Carlos Biscaia como presidente, que indica o senador Amir Lando como relator. Ambos querem mais análise de documentos e o mínimo de depoimentos.

PÁGINA 10

J. FREITAS

Segundo Amir Lando *(D)*, ao lado de Biscaia, Congresso mostrará eficiência à sociedade

e mais...

AGENDA — Página 2

PERGUNTE AO SENADOR — Página 13

FRASES — Página 13

VOZ DO LEITOR — Página 13

ACONTECEU NO SENADO — Página 15

gendagendaendagen**agenda**gendagendagendagen

Violência doméstica aguarda votação

Depois de receber parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado no final do mês passado, o projeto de lei da Câmara (PLC 37/06) que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra as mulheres está aguardando inclusão na pauta de votações do Plenário. O projeto foi relatado na CCJ pela senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) e deve ser apreciado em regime de urgência pelo Plenário, conforme pedido da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT).

O projeto foi elaborado por um grupo de organizações feministas e entregue à Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres para ser encaminhado ao Congresso Nacional como projeto de iniciativa do Poder Executivo. Na Câmara dos Deputados a matéria foi aprovada pelo Plenário e pelas comissões de Seguridade Social e Família, de Finanças e Tributação e de Constituição e Justiça.

O projeto define violência doméstica e familiar contra a mulher como qualquer ação ou conduta baseada na relação de gênero que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico.

De acordo com o texto, a autoridade policial deverá comparecer de imediato ao local da agressão e adotar as medidas de proteção cabíveis para o atendimento da vítima. Essa iniciativa, de acordo com a exposição de motivos da matéria, visa trazer para o procedimento especial da Lei 9.099/95 alguns dos aspectos do inquérito previstos no Código de Processo Penal.

Segundo o projeto, a assinatura de termo circunstanciado, atualmente em vigor, privilegia o princípio da informalidade e termina por impedir uma visão mais abrangente dos fatos pela autoridade julgadora.

A proposição estabelece ainda o atendimento da vítima por equipe multidisciplinar, composta por profissionais de áreas externas ao meio jurídico, como médicos, psicólogos e assistentes sociais.

Comissão vai estudar aplicação de teto

Uma comissão conjunta da Câmara e do Senado terá dez dias, contados a partir da última sexta-feira, para apresentar proposta de aplicação, no âmbito do Poder Legislativo, incluindo o Tribunal de Contas da União (TCU), do teto remuneratório previsto na Constituição.

Segundo o representante do Senado na comissão e advogado-geral da Casa, Alberto Cascais, a regulamentação deixará claro quais parcelas da remuneração de parlamentares e servidores serão alcançadas pelo teto de R$ 24,5 mil – atual subsídio de ministro do Supremo Tribunal Federal – e quais ficarão de fora, levando em conta a Constituição e outros diplomas legais.

– Daremos transparência sobre um tema sempre visto com desconfiança – explicou Cascais, salientando a preocupação dos presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara, Aldo Rebelo, de regulamentarem a aplicação interna do teto, a exemplo do que foi feito pelos conselhos nacionais de Justiça e do Ministério Público. Ele acredita que a regulamentação poderá orientar ação semelhante a ser implementada no Executivo.

Integram ainda a comissão o chefe da Assessoria Técnica da Diretoria Geral da Câmara, Lúcio Henrique Xavier Lopes, e o secretário-geral de Controle Externo do TCU, Paulo Roberto Wiechers Martins.

Presidência

GERALDO MAGELA

O ministro da Previdência Social, Nelson Machado, apresentou na última terça-feira ao presidente do Senado, Renan Calheiros, estudo que prevê impacto adicional de R$ 7 bilhões neste ano nas contas da Previdência caso seja aprovado o Projeto de Lei de Conversão 18/06, que reajusta em 16,6% os benefícios de aposentados e pensionistas que recebem mais que um salário mínimo por mês. "Não há dotação orçamentária para fazer frente a esse aumento e isso contraria as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal", afirmou o ministro.

Curtas

FUNDEB – Representantes da Campanha Nacional pelo Direito à Educação pediram a Renan que agilize a aprovação da PEC 9/06, que institui o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

MUNICÍPIOS – Renan prometeu empenho a representantes da Confederação Nacional de Municípios para que sejam votados projetos sobre a cobrança da dívida ativa de prefeituras e o aumento de alíquota no Fundo de Participação dos Municípios.

FIESP – Renan assinou convênio com a Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp) para permitir que o Portal de Relacionamento Institucional da instituição disponibilize informações sobre a tramitação de matérias legislativas no Senado e na Câmara.

AUDITORES – O presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Unafisco), Carlos André Nogueira, pediu a Renan que intervenha na aprovação do reajuste da categoria e na criação de um novo patamar na tabela do plano de carreira.

Comissões

SEGUNDA-FEIRA

15h – CPI DOS SANGUESSUGAS

PF e Supremo – A direção da CPI vai à Polícia Federal, às 15h, e ao Supremo Tribunal Federal, às 16h, em busca das informações acumuladas pelas investigações policiais sobre o tráfico de influência entre empresários e políticos para montar um esquema de compra de ambulâncias superfaturadas com dinheiro de emendas parlamentares.

18h30 – PRESIDÊNCIA

Direitos humanos – O secretário de Direitos Humanos, Paulo Vannuchi, reúne-se com os presidentes do Senado e da Câmara, Renan Calheiros e Aldo Rebelo. Ele vai pedir empenho do Congresso na ratificação do Protocolo Facultativo à Convenção da ONU contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanas e Degradantes.

TERÇA-FEIRA

9h30 – ASSUNTOS ECONÔMICOS

Imposto – A comissão analisa projetos relacionados à tributação: um isenta de IPI, até 31 de dezembro de 2008, veículos de transporte com carga máxima superior a cinco toneladas; o outro obriga a restituição do IRPF no ano da declaração.

QUARTA-FEIRA

9h30 – CICLO DE CONFERÊNCIAS UNILEGIS 2006

Regras eleitorais – O presidente do Comitê de Ética Pública, Fernando Neves da Silva, participa da terceira edição do Ciclo de Conferências da Universidade do Legislativo, no auditório do Interlegis. Ele vai comentar as mudanças nas regras eleitorais.

10h – CPI DOS SANGUESSUGAS

Eleição – A CPI vai formalizar os nomes do senador Amir Lando (PMDB-RO) e do deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ) como relator e presidente da comissão, respectivamente.

10h – EDUCAÇÃO

Estágios – Os parlamentares analisam proposta que reserva recursos do FAT para financiar estágio remunerado em empresas e universidades (PLS 177/02). **Autor:** senador José Agripino (PFL-RN). **Relator:** senador Valdir Raupp (PMDB-RR).

10h30 – MISTA DA EXPLORAÇÃO SEXUAL

Exploração sexual – A comissão, que acompanhou desdobramentos de apurações judiciais baseadas no trabalho da CPI da Exploração Sexual, vota relatório final que vai indicar as frentes em que houve avanços da Justiça.

11h30 – MEIO AMBIENTE, DIREITOS DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

Defesa do consumidor – Em análise, proposta para determinar que, no fornecimento de bens e serviços executados de forma contínua, o fornecedor deverá estender aos contratos em vigor, a critério do consumidor, as condições oferecidas para adesão de novos consumidores. **Autor:** senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE). **Relator:** senador Aelton Freitas (PL-MG).

Escassez de água – Em pauta, proposta que obriga a veiculação de advertência sobre consumo e escassez de água. **Autor:** senador Marcelo Crivella (PRB-RJ). **Relator:** senador Leomar Quintanilha (PCdoB-TO).

15h30 – ANO DA MULHER LATINO-AMERICANA E CARIBENHA

Relatório final – A comissão entrega ao presidente Renan Calheiros o relatório final da Comissão Especial do Ano Internacional da Mulher Latino-Americana e Caribenha – 2005.

Plenário

SEGUNDA-FEIRA

14h - Sessão não-deliberativa

TERÇA-FEIRA

9h - Sessão não-deliberativa

QUARTA-FEIRA

14h - Sessão deliberativa

Crédito extraordinário - Trancam a pauta de votações quatro MPs que liberam créditos para órgãos da administração pública. São R$ 250,5 milhões para os ministérios da Justiça, da Previdência Social e do Esporte; R$ 361,5 milhões para o Ministério dos Transportes; R$ 738 milhões para os ministérios do Desenvolvimento Agrário e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e R$ 1,7 bilhão para outros órgãos do Poder Executivo.

Reajuste do mínimo - Também está na pauta o projeto da Medida Provisória 288/06, que reajusta o salário mínimo de R$ 300 para R$ 350 a partir de 1º de abril deste ano. Os deputados aprovaram destaque que estendeu o mesmo reajuste (16,66%) do mínimo aos aposentados e pensionistas do Regime Geral de Previdência Social.

QUINTA-FEIRA

10h - Sessão deliberativa

Agenda em aberto - Com a pauta trancada, a definição da agenda depende do resultado da sessão anterior. Dado o jogo do Brasil na Copa do Mundo, a sessão vai ser realizada na parte da manhã.

SEXTA-FEIRA

9h - Sessão não-deliberativa

QUINTA-FEIRA

10h – INFRA-ESTRUTURA

Indicações – Em pauta os nomes de Josef Barat para diretor da Agência Nacional de Aviação Civil e de Francisco de Oliveira Filho, para a Agência Nacional de Transportes Terrestres.

10h30 – COMISSÃO MISTA DO ORÇAMENTO

Avaliação de metas fiscais – O secretário do Tesouro Nacional, Carlos Kawall Leal Ferreira, fala à comissão a respeito do cumprimento das metas fiscais do primeiro quadrimestre de 2006.

PLENÁRIO Medidas provisórias que trancavam a pauta de votações foram aprovadas pelos senadores na semana passada

MOREIRA MARIZ

Plenário lotado aprovou MP que amplia direitos e incentiva formalização de empregados domésticos

Novos direitos para empregado doméstico

JORNAL ESPECIAL DO SENADO

A principal alteração feita pelo Senado na MP 284/06, que induz a formalização do trabalho doméstico, ampliou o benefício concedido pelo governo. O texto do senador Edison Lobão (PFL-MA) permite que os empregadores abatam do Imposto de Renda Pessoa Física os 12% recolhidos à Previdência Social de até dois trabalhadores domésticos por declaração. Mas o valor continuou limitado à contribuição patronal sobre um salário mínimo para cada empregado. A MP previa apenas um empregado por declaração do IRPF.

As modificações introduzidas na Câmara foram mantidas. Porém, a mais polêmica delas, a que torna obrigatória a inclusão dos domésticos no FGTS (atualmente é opcional), deve exigir a mobilização da bancada governista para derrubá-la na Câmara, apesar dos apelos da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO). Se isso não ocorrer, o presidente deve vetar esse dispositivo. O argumento técnico é que essa obrigatoriedade cancela o objetivo original da MP de ampliar o número de domésticos com registro em carteira, que não chegam a 35% do total desse mercado de trabalho, conforme estatísticas do IBGE.

O Senado também garantiu outros benefícios aprovados na fase final de votação no Plenário da Câmara. O relatório de Lobão lista a estabilidade no emprego desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto, direito ao salário-família, férias remuneradas de 30 dias (hoje são 20 dias úteis) e cálculo do adicional de um terço sobre essa nova base, além do pagamento do repouso semanal nos feriados civis e religiosos, como existe para as demais categorias. Além disso, o texto do substitutivo da Câmara já proibia descontar alimentação, vestuário, higiene e moradia do salário pago aos domésticos.

Carteira assinada ainda é minoria

	2003	2004
Trabalhadores domésticos	6.154.621 (100%)	6.472.484 (100%)
Com carteira assinada	1.665.476 (27,1%)	1.671.744 (25,8%)
Sem carteira assinada	4.488.757 (72,9%)	4.799.296 (74,1%)
Homens com carteira	162.007 (40,2%)	173.726 (40,2%)
Homens sem carteira	240.694 (59,8%)	258.691 (59,8%)
Mulheres com carteira	1.503.469 (26,1%)	1.498.018 (24,8%)
Mulheres sem carteira	4.248.063 (73,9%)	4.540.605 (75,2%)

Rendimentos variam de região para região

	BRASIL	N	NE	SE	S	CO
Domésticos	245	208	160	286	257	243
Com carteira	353	301	287	**374**	343	347
Sem carteira	207	196	**138**	244	219	212

Fonte: Pnad 2004 – Síntese de Indicadores Sociais/IBGE

Perfil de pobreza e desrespeito

O portal especializado *www.empregadadomestica.com.br* realizou pesquisa sobre o perfil da categoria no país. Ela mostra que a maioria recebe menos de dois salários mínimos, quase a metade não tem sequer o ensino fundamental completo e dois terços têm entre 16 e 35 anos.

- 43,79% têm dois dias de folga por semana
- 28,42% têm apenas um dia de folga por semana
- 63,69% têm entre 16 e 35 anos de idade
- 14,43% não têm nenhuma escolaridade
- 49,25% têm o ensino fundamental incompleto
- 10,56% residem no local do trabalho
- 38,73% utilizam duas ou mais conduções para ir ao trabalho (só ida)

Um universo de ilegalidades

- 4,61% ganham menos de um salário mínimo
- 2,95% não gozam de pelo menos um dia de folga semanal
- 6,09% não tiram férias
- 1,58% tem até 15 anos de idade
- 7,76% não ganham o 13° salário e 55,34% o recebem com atraso

MP inclui mudança no Refis e reduz alíquota

A MP dos empregados domésticos aprovada pelo Senado também altera outras medidas provisórias que tramitaram na Casa, como a que ampliou o prazo de adesão ao programa de refinanciamento de dívidas fiscais das empresas (Refis).

O texto do senador Edison Lobão contempla reivindicação dos empresários e permite que as empresas inscritas no Refis ou no Parcelamento Especial (Paes) optem por quitar as dívidas antes do fim do parcelamento, com direito à aplicação de desconto pela taxa de juros Selic e de rebate de 20%.

Além disso, o texto reduz a zero a alíquota de IR na fonte incidente nas operações de arrendamento mercantil de aeronaves e seus motores, envolvendo contratos com entidades no exterior celebrados por empresas de transporte aéreo público regular de passageiros ou de carga. Atualmente, aplica-se alíquota de 15%, o que na avaliação do senador inviabiliza o *leasing* de aeronaves e peças.

A proposta ajudará as companhias aéreas a melhorar os seus balanços de pagamentos, uma vez que a maioria das frotas é montada por arrendamento. A redução de alíquota proposta na emenda é temporária, vigorando para os pagamentos de contratos firmados até 31 de dezembro de 2008.

O texto aprovado também muda a MP 285/06, que permite a renegociação de dívidas oriundas de operações de crédito rural, relativas a empreendimentos localizados na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste (Adene) e já foi acolhida pelos senadores.

Poucos direitos, e quase sempre descumpridos pelos patrões

Empregada ou empregado doméstico é todo aquele que presta serviços de natureza contínua e de finalidade não lucrativa a pessoa ou família, que pode ser tanto na residência principal ou de lazer, como casa de praia, de campo, sítio etc. Portanto, enquadram-se também na categoria os motoristas particulares, vigias, chacareiros, caseiros, damas de companhia, babás, governantes, jardineiros e faxineiros.

Eles só vieram a ter sua profissão reconhecida em 1972, à época com pouquíssimos direitos trabalhistas, que só foram ampliados em 1988 pela nova Constituição. Mesmo assim, ela não garante sequer a metade dos benefícios que constam na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), tais como Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) – apenas opcional desde 1999 –, seguro-desemprego, PIS, salário-família, hora extra e jornada de trabalho fixa.

Empregados domésticos representam 12,7% da mão-de-obra

Assim, direitos efetivos, além da carteira assinada (o mais ignorado, daí o propósito da medida provisória), os empregados domésticos só têm a contribuição para a previdência social, vale-transporte, 13º salário, folga semanal remunerada e adicional de férias.

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio (Pnad) de 2004, realizada pelo IBGE (confira o quadro nesta página), o Brasil tem mais de 6,4 milhões de empregados domésticos (12,17% do total da população ocupada com dez anos ou mais). Desses, pouco mais de 1,6 milhão tem a carteira registrada. Uma fatia de 25,8%, que apesar de pequena – ainda menor no Norte e no Nordeste – vem crescendo nas duas últimas décadas.

Em 1993, 17% dos empregados domésticos contavam com a formalização do emprego. Em 1999, esse número pulou para 25%, dos quais 1,4 milhão possuía direitos trabalhistas. O governo federal chegou a comemorar um aumento de 8,7% no número desses trabalhadores com carteira assinada na Pnad relativa ao ano de 2003, passando para 27,1% do total. Segundo dados mais recentes, no entanto, essa participação caiu para 25,8%.

Além do incentivo fiscal proporcionado pela MP, para o patrão quase sempre será mais econômico assinar a carteira do empregado doméstico. Primeiro porque, na Justiça do Trabalho, as chances de se vencer uma causa contra um ex-funcionário são virtualmente nulas. Depois, se considerar as inevitáveis despesas com advogado, o patrão constatará que a informalidade pode lhe custar bem mais caro.

Plenário acolhe indicação da nova ministra do STJ

Com 49 votos favoráveis, 4 contrários e 1 abstenção, o Plenário do Senado aprovou a indicação da advogada Maria Thereza Rocha de Assis Moura para o Superior Tribunal de Justiça (STJ). A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) emitiu parecer favorável à indicação, relatada pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP). Manifestaram em Plenário o apoio à indicada os senadores Ramez Tebet (PMDB-MT), Romeu Tuma, José Sarney (PMDB-AP), Heráclito Fortes (PFL-PI).

Novos diretores de agências e embaixadores também foram aprovados

Advogada desde 1983, Maria Thereza é doutora em Direito pela Universidade de São Paulo (USP), onde é professora do Departamento de Direito Processual da Faculdade de Direito. Ela ocupará a vaga decorrente da aposentadoria do ministro José Arnaldo da Fonseca destinada à cota constitucional para advogados na composição de 33 ministros do STJ.

O Plenário aprovou ainda a recondução de Elizabeth Maria Mercier Querido Farina ao cargo de presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

Foram ainda acolhidas as indicações de Nelson Narciso Filho – para diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) – e de Fernando Antonio Brito Fialho para dirigir a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq).

Também as seguintes indicações de novos embaixadores brasileiros foram acolhidas: Celina Maria Assumpção do Valle Pereira será embaixadora na Coréia; Paulo Américo Veiga Wolowski na Bulgária, cumulativamente ao cargo de embaixador na Bósnia-Herzegovina e na Macedônia; Antonino Lisboa Mena Gonçalves na Suécia, cumulativamente com a da Letônia; e Lauro Barbosa da Silva será o representante permanente do Brasil junto à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

COMISSÕES

MÁRCIA KALUME

Paulo Paim (*segundo à esquerda*), reunido na comissão especial: favorável ao reajuste de 16,67%

Possível veto aos 16,67% gera protestos

Aposentados e pensionistas criticaram a possibilidade de o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, vetar o aumento de 16,67% dos seus benefícios, incluído em medida provisória (MP 288/06) por meio de emenda apresentada na Câmara dos Deputados. Os protestos ocorreram durante reunião da comissão mista do Congresso Nacional que debate a implantação de uma política permanente de reajustes para o salário mínimo.

A MP 288/06, originalmente, reajustou em 16,67% apenas os benefícios de quem recebe exatamente o valor do salário mínimo – quem ganha mais do que isso não foi contemplado. Mas, com a emenda, o aumento passou a ser estendido a todos os aposentados e pensionistas.

Depois de ser alterada na Câmara, a medida provisória foi transformada em projeto de lei de conversão (PLV) e tramita agora no Senado.

– Não podemos concordar com as manchetes da imprensa que atribuem isso [a emenda] a uma decisão político-eleitoral. Isso não é verdade – protestou Benedito Marcílio, presidente licenciado da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (Cobap).

O senador Paulo Paim (PT-RS), relator da comissão mista e defensor do aumento para todos os aposentados e pensionistas, ressaltou que sua expectativa é que "essa MP seja votada, no mais tardar, na semana que vem".

Além disso, tramita na Câmara outra medida provisória (MP 291/06) que trata exclusivamente do reajuste dos benefícios concedidos pela Previdência Social. Essa MP reajusta em 5% os benefícios de aposentados e pensionistas que recebem valores superiores ao salário mínimo – como quer o governo –, mas poderá ser votada uma emenda que eleva esse reajuste para 16,67%. Ou seja, seria a mesma alteração proposta para a MP 288/06.

– São a mesma coisa – declarou Paulo Paim sobre as duas medidas provisórias, no que se refere aos benefícios da Previdência Social.

O presidente da Federação dos Aposentados de Minas Gerais, Robson de Souza Bittencourt, afirmou que, caso o veto presidencial se concretize, a Cobap e as 19 federações que a integram "terão uma postura diferenciada nas eleições deste ano". O dirigente argumentou que "não pode haver discriminação de reajuste entre aposentadorias e pensões".

– Por que beneficiar apenas aqueles que recebem o piso do salário mínimo? Por que discriminar os 8,3 milhões de aposentados e pensionistas que recebem acima do piso? – questionou Robson Bittencourt.

Presidente do BC reitera defesa da política de juros

Em audiência pública na Comissão Mista de Orçamento, o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, evitou resposta direta às críticas do candidato do PSDB à Presidência, Geraldo Alckmin, à política de juros, mas ao defender a orientação da política monetária acabou citando a existência de "pessoas que se posicionam emocionalmente" em relação ao tema.

Partiu do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) a menção às declarações do candidato tucano, em que ele acusa o governo de exagerar na "dose dos juros". Meirelles reiterou que a função do BC é manter a inflação no centro da meta e que essa orientação tem assegurado a estabilidade, o aumento da massa salarial, a redução das taxas de risco no crédito e, como resultado, a ampliação dos investimentos.

"Decisão sobre juros não depende de valentia, mas de responsabilidade"

– A decisão sobre os juros não vem em decorrência de mais ou menos valentia, mas sim de responsabilidade com o país – reforçou Meirelles, em resposta aos parlamentares que cobravam moderação nos juros e até mesmo a fixação de um limite de gastos orçamentários para a cobertura dessa despesa.

Meirelles prestava contas, na audiência, do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, de crédito e cambial no ano passado, como prevê a Lei de Responsabilidade Fiscal. Participaram, ainda, pelo Senado, as comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) e de Assuntos Econômicos (CAE). Pela Câmara, as comissões de Finanças e Tributação, de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio e de Fiscalização e Controle.

Apesar de terem sido confirmadas as metas de inflação nos dois últimos anos, como observou, isso não deve ser motivo para uma atitude menos prudente. Até porque, segundo o dirigente, a experiência histórica tem demonstrado que a inflação mais alta não produz crescimento sustentado.

Meirelles aproveitou ainda para reforçar o papel ativo do Comitê de Política Monetária (Copom) na fixação dos juros básicos (taxa Selic) de forma coerente com as metas perseguidas para a inflação.

– O Copom continua e continuará tomando suas decisões técnicas de forma autônoma – garantiu o presidente do BC.

Defesa da redução da dívida externa

Quanto ao crescimento da dívida pública interna, Meirelles associou o movimento não somente aos juros altos, mas também à decisão do governo de reduzir a dívida externa, o que implicou maior endividamento no mercado interno.

Para ele, o fato positivo é que, com a redução da dívida externa, o país está diminuindo sua vulnerabilidade aos choques externos, ficando menos exposto às mudanças cambiais.

As críticas do candidato Geraldo Alckmin diziam respeito à decisão de antecipar o pagamento da dívida com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

JOSÉ CRUZ/ABr

Meirelles fez veemente defesa da política econômica e assegurou que diminuição da dívida externa reduz vulnerabilidade do país

CAE e CAS debatem fator previdenciário

As comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Assuntos Sociais (CAS) realizam audiência pública, no dia 7 de julho, às 14h, para debater o fator previdenciário, método de cálculo dos benefícios para aposentadorias proposto pelo governo passado e aprovado pelo Congresso. O fator obedece estimativa do montante de contribuições realizadas e capitalizadas conforme uma taxa predeterminada, que varia em razão do tempo de contribuição e da idade do segurado, levando em conta também a expectativa de duração do benefício.

O requerimento de audiência é do senador Valdir Raupp (PMDB-RO) e foi defendido pelo senador Paulo Paim (PT-RS), autor do projeto de lei do Senado (PLS 296/03) que extingue o fator previdenciário.

O projeto está na CAE aguardando a designação de relator. Já foi aprovado com 11 votos favoráveis na CAS, onde tramitava em caráter terminativo, mas teve requerida sua votação no Plenário do Senado. Os senadores aprovaram, então, um requerimento para que a matéria fosse examinada pela CAE.

Valdir Raupp diz, na justificação para a realização da audiência, que o projeto de Paim busca dar mais "dignidade" aos aposentados do Regime Geral da Previdência Social.

Pelo sistema do fator previdenciário, conforme informações do Ministério da Previdência Social, quanto maior a idade e o tempo de contribuição do segurado, no momento em que ele solicitar a aposentadoria, maior será seu benefício. Ou seja, o fator previdenciário acaba fazendo com que o trabalhador permaneça mais tempo na ativa.

Segundo Paim, o fator previdenciário tem por objetivo reduzir o valor da aposentadoria e retardar a concessão desse benefício.

– Essas inovações, sob a alegação de adequar o sistema previdenciário aos impactos atuarial e financeiro da evolução demográfica, almejam, de fato, a contenção das despesas com os benefícios da Previdência Social – afirmou Paulo Paim.

Comissão define nesta quarta marco regulatório para o saneamento básico

Em reunião na quarta-feira passada, a Comissão Mista Especial de Saneamento adiou para a próxima semana a votação do substitutivo do relator, deputado Júlio Lopes (PP-RJ), a projeto de lei do Senado (PLS 155/05) apresentado pelo senador licenciado Gerson Camata (PMDB-ES) e a projeto de lei (PL 5.296/05) do Executivo que tramita na Câmara dos Deputados.

O adiamento da votação para esta quarta-feira foi sugerido pelo presidente da comissão, senador César Borges (PFL-BA), dado o impasse estabelecido na reunião entre dirigentes do colegiado e membros do Executivo, na semana passada. Borges reclamou do fato de o governo ter pretendido basear a discussão apenas no conteúdo do PL 5.296.

– Aí a discussão ficaria muito difícil, porque tanto o relator como eu insistimos que a base da discussão é o substitutivo do deputado Júlio Lopes. Esse substitutivo não é mais também o PLS 155, que já foi modificado com alterações sugeridas pelo relator e acatadas quase em sua integralidade pela comissão – disse.

Um dos principais pontos de divergência nas discussões se refere ao controle social da prestação de serviço pelas companhias estaduais de saneamento nos municípios. A proposta do governo, de fiscalização por meio de conselhos de usuários formados em cada município, aumentaria, na visão dos dirigentes da comissão, os riscos quanto ao retorno dos investimentos das companhias estaduais. A respeito desse tema, César Borges considerou mais adequada a criação de agências reguladoras para a fiscalização das empresas de saneamento.

– Conselhos de usuários são criados para telefonia ou energia elétrica. Não conheço, no setor de saneamento, conselhos de usuários funcionando. Conheço agências reguladoras – afirmou.

Outro tema polêmico a ser equacionado diz respeito ao entendimento do Ministério das Cidades de que os municípios não teriam obrigação de indenizar as empresas estaduais de saneamento no caso de retomada do serviço. As companhias estaduais exigem garantias, na futura lei, de que os municípios se responsabilizem no mínimo pelos financiamentos em curso, contratados em seu benefício junto à Caixa e a outras instituições financeiras.

BANCOS Parlamentares comentam resultados das instituições financeiras, que seguidamente apresentam recordes

Lucro dos bancos aumentou 56,3%

No primeiro trimestre deste ano, os cinco principais bancos brasileiros lucraram R$ 6,6 bilhões, montante 56,3% superior ao registrado no mesmo período em 2005. O resultado sinaliza que as instituições financeiras deverão repetir em 2006 os excelentes ganhos do ano passado. Só o Bradesco, maior banco privado nacional, lucrou R$ 5,5 bilhões em 2005.

A senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) destaca que o lucro líquido do Bradesco foi o maior da história da América Latina para bancos de capital aberto.

– A lucratividade do setor se dá às custas do aprofundamento do projeto neoliberal, com brutal transferência de renda dos assalariados e do setor produtivo para o capital financeiro – ressaltou.

De fato, a revista inglesa *The Economist* afirmou em maio passado que os bancos brasileiros, assim como seus pares latino-americanos, cobram muito caro por seus empréstimos para clientes. Segundo a revista, a margem de juros dos bancos da região é 50% mais alta que no restante dos países em desenvolvimento.

Pesquisa recente da Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (Anefac) revelou que a média mensal dos juros cobrados de uma conta no vermelho (cheque especial) é de 8,19% ao mês, ou 157% ao ano. Se a dívida for no cartão de crédito, a taxa sobe para 10,24% ao mês, ou 222% ao ano. Enquanto isso, a taxa básica de juros fixada pelo Banco Central está atualmente em 15,25% ao ano.

Não é por falta de concorrência que as taxas são elevadas. Afinal, o país tem um mercado financeiro robusto, com vários bancos de porte (os cinco maiores disputam 50% do mercado).

Os bancos costumam se defender com o argumento de que o risco de emprestar dinheiro no Brasil é alto devido à inadimplência. Pode ser. Mas é claro que modalidades de crédito como os empréstimos com desconto em folha de pagamento – que têm se tornado cada vez mais comuns – oferecem um risco muito pequeno de calote.

Ainda que esses empréstimos sejam mais baratos para o cliente, a média do *spread* bancário (diferença entre o custo do dinheiro para o banco e o que é cobrado do cliente) em um empréstimo pessoal no começo de 2006 foi de 44% ao ano, cerca de três vezes mais do que num empréstimo corporativo.

O senador Mão Santa (PMDB-PI) culpa o governo Lula por priorizar os banqueiros, não os trabalhadores. "Lula, em três anos, deu mais dinheiro aos bancos que Fernando Henrique em oito anos", disse.

ANA VOLPE

Empréstimos caros sustentam crescimento dos bancos, cujos clientes, agora, são consumidores

Cofre abarrotado

Veja os lucros dos principais bancos brasileiros no primeiro trimestre deste ano – em R$ milhões

Banco do Brasil	2.343
Bradesco	1.530
Itaú	1.460
Caixa Econômica Federal	700
Unibanco	520

Fonte: Bancos

Mina de ouro

A receita dos bancos com a prestação de serviços no primeiro trimestre de 2006 cobriu as despesas com pessoal – em R$ milhões

	Receita de serviços (tarifas)	Despesas com pessoal
Banco do Brasil	1.934	1.856
Bradesco	2.041	1.419
Itaú	2.120	1.131
Caixa Econômica Federal	1.397	1.520
Unibanco	441	431
Total dos cinco bancos	7.933	6.357

Fontes: Bancos, Valor Econômico, Dieese

Decisão do Supremo obriga bancos a acatar Código do Consumidor

O Código de Defesa do Consumidor deve ser aplicado aos bancos, seguradoras e financeiras nas relações com seus clientes, segundo decisão tomada no início deste mês pelos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). Os bancos tentavam, por meio de uma ação direta de inconstitucionalidade (Adin) apresentada ao STF em 2001, deixar de ser regulados pelo código.

Ramez Tebet

Em vigor há mais de 15 anos, o código impede abusos nas relações entre consumidores e empresas, e estabelece punições em caso de descumprimento das regras.

Se a Adin fosse aprovada, os bancos ficariam livres de obrigações como a concessão de desconto no pagamento antecipado de financiamento e a devolução de cobrança indevida, como determina o código.

Por 9 votos a 2, os ministros do Supremo também julgaram improcedente a ação proposta pela Confederação Nacional de Sistema Financeiro (Consif). A entidade argumentava que, de acordo com o artigo 192 da Constituição, uma lei complementar deveria regulamentar o sistema financeiro, e não o código.

A postura do Supremo foi elogiada por Ramez Tebet (PMDB-MS). Ele declarou que "essa foi uma decisão tomada em defesa da sociedade". Como exemplo de abuso praticado pelos bancos, Tebet citou as multas cobradas em empréstimo, que chegam a 15%, enquanto o Código de Defesa do Consumidor limita as multas por atraso de pagamento a um máximo de 2%.

Tebet enfatizou que essa legislação obriga os bancos a informar o cliente com antecedência sobre os reajustes de suas tarifas e sobre mudanças dos itens que compõem sua cesta de serviços.

As instituições financeiras estão entre as empresas que mais recebem reclamações de clientes insatisfeitos. Para se ter uma idéia, as queixas a respeito de bancos, cartões de crédito e financeiras alcançaram o segundo lugar no *ranking* de reclamações no Procon de São Paulo em 2005 – atrás apenas das operadoras de telefonia.

Tarifas bancárias são suficientes para cobrir despesas com pessoal

A prestação de serviços aos clientes é uma das principais receitas dos bancos, juntamente com as operações de crédito e as aplicações em títulos públicos. Atualmente, 40% da arrecadação dos bancos vêm de serviços como talões de cheques, transferências e extratos. São mais de 70 itens pelos quais o Banco Central autoriza cobrança de tarifas.

Receita de 11 bancos com tarifas subiu 600% entre 1994 e 2004

Os cinco maiores bancos do país – Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Bradesco, Itaú e Unibanco – cobraram R$ 7,9 bilhões em tarifas no primeiro trimestre deste ano, valor 17,9% superior ao arrecadado no mesmo período em 2005, segundo dados do Dieese. O montante foi mais que suficiente para cobrir as despesas com pessoal, que somaram R$ 6,4 bilhões no trimestre. A Caixa foi a única em que a receita de serviços (R$ 1,4 bilhão) ficou aquém dos gastos com pessoal (R$ 1,5 bilhão).

Em 1994, os 11 maiores bancos do país tiveram renda de R$ 4,1 bilhões com tarifas. Com o passar dos anos, foi aumentando até chegar a R$ 28 bilhões em 2004. No ano passado, o valor arrecadado em tarifas pelos sete maiores bancos contabilizou o montante de R$ 31 bilhões, segundo levantamento do Sindicato dos Bancários de São Paulo.

O montante é equivalente às despesas orçamentárias de 12 estados: Amapá, Acre, Alagoas, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Piauí, Paraíba, Roraima, Rondônia, Rio Grande do Norte, Sergipe e Tocantins tiveram R$ 29 bilhões para financiar saúde, educação, transporte e saneamento.

O valor das tarifas também varia muito de banco para banco, o que confunde o cliente. Pesquisa feita pelo Procon de São Paulo em fevereiro constatou que a maior diferença na cobrança de tarifa avulsa ocorreu na manutenção do cartão de débito de conta corrente especial. Enquanto a Nossa Caixa cobrava R$ 6 por mês, o Santander cobrava R$ 2,30, uma diferença de 160,87%.

COMISSÕES

CAE aprova o uso de hidrômetro individual

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou projeto de lei da Câmara (PLC 42/06) que determina que os prédios destinados a habitação coletiva deverão conter hidrômetro para medir o consumo individual de cada domicílio. O projeto institui diretrizes nacionais para a cobrança de tarifas relativas à prestação dos serviços de abastecimento de água.

O relator, senador Aelton Freitas (PL-MG), deu parecer favorável à matéria, que ainda será votada pelo Plenário. O projeto estabelece que os novos prédios devem ser construídos com a previsão de medição individualizada no fornecimento de domicílio.

O autor da proposta, deputado Júlio Lopes (PP-RJ), argumenta que atualmente a água é desperdiçada em condomínios, uma vez que a tarifa é rateada em partes iguais, independentemente do consumo de cada unidade habitacional. Esse desperdício é calculado em aproximadamente 30% da água consumida nos condomínios, de acordo com Aelton Freitas.

Tal situação, alega Júlio Lopes, "coloca em risco a sobrevivência do bem natural mais precioso da Terra".

Com a proposta, haverá garantia de que o pagamento seja realizado na medida exata do consumo de água, o que evitará seu desperdício, justifica ainda o relator da matéria.

O projeto estabelece também diretrizes para cobrança de tarifas incidentes na prestação dos serviços públicos de abastecimento de água que envolvam produção de água potável, unidades de captação, estações de bombeamento, adutoras e estações de tratamento de água bruta, bem como serviços de água potável com reservatórios, subadutoras, estações de bombeamento, redes de distribuição e ramais prediais.

Pelo projeto, caberá à Agência Nacional de Águas (ANA) determinar punição às concessionárias de serviço de abastecimento de água que não cumprirem as regras estabelecidas.

J. FREITAS

Aelton Freitas, relator, destaca que prédios residenciais deverão ter a previsão de medição do consumo de cada apartamento

Penas mais duras para crimes de informática

ROOSEWELT PINHEIRO

Azeredo, relator do projeto, defende punições por difusão de vírus eletrônico

A difusão de vírus eletrônicos e a divulgação de informações depositadas em bancos de dados estão entre os delitos definidos e tipificados por projeto de lei (PLS 76/00) do senador Renan Calheiros (PMDB-AL) que recebeu parecer favorável da Comissão de Educação (CE), na forma de substitutivo. O texto será agora encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde receberá decisão terminativa.

O substitutivo elaborado pelo relator, senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), incorporou trechos de duas outras propostas: o Projeto de Lei da Câmara 89/03 e o PLS 137/00, do senador Leomar Quintanilha (PCdoB-TO).

De acordo com o relator, foram ainda recolhidas sugestões da Presidência da República e das Forças Armadas.

– Este é um projeto complexo e que trata de uma questão urgente. Tem lamentavelmente aumentado o número de crimes de informática – disse Azeredo.

Segundo a proposta, a criação ou difusão de vírus poderá ser punida com pena de reclusão de um a três anos, além de multa.

Já o acesso indevido a dispositivo de comunicação ou sistema informatizado será punido com reclusão de dois a quatro anos, além de multa.

A divulgação de informações contidas em bancos de dados, por sua vez, poderá resultar em pena de detenção de um a dois anos, além de multa.

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) defendeu a "urgente" aprovação do projeto. O senador Paulo Paim (PT-RS) lembrou a necessidade de se combater a propagação, pela internet, de preconceitos relativos à cor e à opção sexual.

O projeto também foi elogiado pelos senadores Ney Suassuna (PMDB-PB) e Roberto Saturnino (PT-RJ).

A Comissão de Educação aprovou ainda parecer favorável a projeto de lei (PLS 21/04) do senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) que estabelece a proteção dos dados pessoais detidos por entidades públicas e privadas.

Empréstimo para o Ceará recebe apoio

Solicitação do governo do Ceará para a contratação de empréstimo de US$ 16,25 milhões foi aprovada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e agora deverá ser examinada pelo Plenário em regime de urgência. Os recursos são destinados ao financiamento do Programa de Modernização Laboratorial para Fortalecimento da Pesquisa e Inovação Tecnológica, Prestação de Serviços, Certificação e Metrologia.

O crédito externo será obtido junto à empresa alemã MLW Intermed Handels, para a aquisição de equipamentos educacionais e técnico-científicos produzidos na Alemanha.

De acordo com o relator, senador Romeu Tuma (PFL-SP), esses investimentos visam ampliar a infra-estrutura de equipamentos de ensino e pesquisa científica e tecnológica das universidades, institutos de pesquisa, Superintendência Estadual do Meio Ambiente, Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos (Funceme) e Corpo de Bombeiros Militar do Ceará.

O custo total do programa é de US$ 19,1 milhões. Com base em dados fornecidos pelo governo do estado e pelo Tesouro Nacional, o relator informou que caberá ao estado arcar com contrapartida de até US$ 2,9 milhões.

CRE acolhe indicações de diplomatas para Benin e Armênia

As indicações de Renate Stille e Carmelito de Melo para os postos de embaixadores na Armênia e no Benin, respectivamente, foram aprovadas pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) e serão agora submetidas ao Plenário.

Conforme parecer de Heráclito Fortes (PFL-PI), a embaixada na Armênia foi criada em 2002, mas ainda não foi instalada. Já as relações diplomáticas com Benin, principal origem de escravos enviados à Bahia e a Pernambuco, vêm desde 1961, mas sempre foram feitas pela embaixada na Nigéria, registrou Alvaro Dias (PSDB-PR).

– A criação da embaixada em Benin resgata uma dívida histórica do Brasil – disse Carmelito de Melo, para quem Benin deve ser uma porta de entrada de produtos brasileiros na região do Golfo da Guiné.

Nome de novo diretor do Dnit vai ao Plenário

Com 17 votos a favor e 1 abstenção, a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) aprovou a indicação de Luiz Fernando de Pádua Fonseca para o cargo de diretor do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (Dnit). Ex-presidente dos conselhos da Autoridade Portuária do Complexo Portuário de Suape (PE) e de Manaus (AM), o indicado é engenheiro com pós-graduação na Fundação Getúlio Vargas em regulação, defesa da concorrência e concessões.

Luiz Fernando Fonseca só assumirá o comando do órgão federal, porém, se a indicação for confirmada pelo Plenário. Além da expansão da malha ferroviária para o transporte de cargas, o Dnit dará prioridade, segundo informou, ao Programa Nacional de Segurança em Áreas Urbanas.

Estão em licitação, atualmente, projetos de 14 viadutos e obras de contornos ferroviários no trecho urbano de Barra Mansa (RJ) e São Félix, na Bahia, e São Francisco do Sul, em Santa Catarina. Essas obras serão financiadas com recursos da União, informou Luiz Fernando Fonseca.

Engenheiro diz que conta com parcerias para construir novas ferrovias

Com o sistema de parceria público-privada (PPP), o Dnit deverá promover a implantação de novos trechos ferroviários em São Paulo, Paraná, Espírito Santo, Minas Gerais e da Transnordestina, que servirá a vários estados do Nordeste.

A propósito da ferrovia Transnordestina, o presidente da CI, senador Heráclito Fortes (PFL-PI), pediu informações ao engenheiro sobre a ligação desse projeto com a ferrovia Norte-Sul. Luiz Fernando explicou que o projeto atual da Transnordestina no Piauí vai até o município de Iliseu Martins. Heráclito Fortes afirmou que o governador piauiense Wellington Dias (PT) faz propaganda de uma obra cujo projeto ainda não existe.

Dia nacional em defesa da vida lembra a chacina da Candelária

O Dia Nacional de Defesa da Vida será celebrado a cada ano em 23 de julho, segundo projeto de lei (PLS 94/06) do senador Roberto Saturnino (PT-RJ) aprovado em decisão terminativa pela Comissão de Educação (CE). A data será dedicada a atividades de mobilização da sociedade em relação à importância do combate à violência.

Foi no dia 23 de julho, há 13 anos, que ocorreu no Rio de Janeiro a chamada Chacina da Candelária, episódio em que oito crianças de rua foram assassinadas enquanto dormiam, em frente à igreja localizada no centro da cidade. Entre os assassinos foram identificados diversos policiais militares. O massacre teve repercussão em todo o mundo.

– É um projeto simbólico e que se destina a mobilizar a sociedade. O problema da violência ainda não encontrou solução, especialmente no Rio de Janeiro – destacou Saturnino.

Para o autor, situação não mudou em 13 anos

O autor lembra, na justificação de seu projeto, que 39 dos menores sobreviventes da chacina também morreram de causas violentas nos anos seguintes. Na sua opinião, a situação não melhorou desde 1993, pois milhares de jovens ainda têm sido levados para as ruas e para a criminalidade por problemas como a pobreza, o abuso sexual, o tráfico de drogas, o trabalho infantil e a violência doméstica.

ORÇAMENTO

LDO deve sair antes do prazo final

JORNAL ESPECIAL DO SENADO

A lei que fixa os parâmetros para a montagem do Orçamento do próximo governo, que assume em 2007, deve ser votada no Congresso nesta semana, se não houver atropelos que dificultem o acordo que viabilizou a votação do substitutivo do senador Romero Jucá (PMDB-RR) na Comissão Mista de Orçamento (CMO), na quarta-feira.

O acerto é para que o texto não seja alterado no Plenário, apressando a última etapa de tramitação do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Se não houver obstrução e a votação for encerrada no dia 28, os congressistas poderão cumprir 20 dias antes a exigência constitucional de examinar a LDO, que agora tem o novo prazo regimental de 17 de julho, quando há suspensão dos trabalhos.

MOREIRA MARIZ

Botelho *(C)* e Jucá *(D)*: acordo levou à aprovação da LDO na Comissão de Orçamento e deve ser mantido em Plenário

No entanto, como as matérias nas sessões do Congresso só são aprovadas por acordo em função da dificuldade de assegurar o quórum necessário às votações, não há segurança de que a LDO possa ser finalizada esta semana. O deputado Ricardo Barros (PP-PR), por exemplo, já avisou que poderá obstruir a votação se não houver uma negociação que viabilize a reformulação do processo orçamentário, que se arrasta há quase três anos sem que se chegue a um acordo final sobre a nova resolução que disciplinará o funcionamento da CMO.

Em meio ao clima de disputas eleitorais, as dificuldades de viabilizar as votações nas semanas em que a seleção brasileira joga na Copa do Mundo e o calendário das convenções partidárias para escolha dos candidatos às eleições de outubro, o governo acabou tendo que fazer concessões para aprovar o texto da LDO na comissão, em um tempo considerado "recorde" pelo relator.

Classificada pelo secretário de Orçamento Federal, Ariosto Antunes Culau, como a mais complicada para os planos de contenção dos gastos oficiais, a LDO, ainda assim, foi objeto de negociação do governo, que, mais uma vez, cedeu na disposição de contabilizar os recursos que amparam as ações de saúde do Bolsa Família para cumprir a exigência constitucional que vincula parte do Orçamento à saúde.

Os parlamentares da Frente da Saúde barraram a intenção do Executivo, transferindo as ações para o Ministério do Desenvolvimento Social. Com isso, garantiram cerca de R$ 1,1 bilhão a mais para o Ministério da Saúde, principalmente para os repasses do Sistema Único de Saúde (SUS). Agora, o projeto de Orçamento de 2007 terá que prever esses recursos para a saúde.

Outra concessão atendeu o PSDB: o Orçamento de 2007 deve conter recursos para compensar os estados pelas isenções do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) nas exportações. Além disso, eles serão excluídos da regra que reduz em 0,1% do PIB as despesas orçadas para o próximo ano.

A LDO não menciona os valores destinados à Lei Kandir, que este ano chegam a R$ 5,2 bilhões. A definição ficou para a lei orçamentária. Ariosto Culau informou, no entanto, que o governo continua negociando com os secretários estaduais de Fazenda um novo fundo de ressarcimento aos exportadores em substituição à Lei Kandir. "O governo não quer jogar dinheiro fora em um mecanismo que não funciona", critica. As distorções nesse incentivo, acrescenta, chegam a tal ponto que algumas empresas preferem importar a comprar insumos no país, prejudicando a balança comercial.

A votação do projeto da LDO na Comissão de Orçamento esteve ameaçada por um pedido de verificação de quórum do deputado Sérgio Miranda (PDT-MG), para pressionar o governo a aceitar destaque do senador Augusto Botelho (PDT-RR). No final, como não havia número suficiente de parlamentares na comissão, Jucá cedeu e retirou um parágrafo que, na prática, poderia impor congelamento de salários para o funcionalismo de 1º de setembro deste ano a 31 de dezembro de 2007. Esse parágrafo previa que só teriam aumentos servidores beneficiados por propostas submetidas ao Ministério do Planejamento e encaminhadas ao Congresso até 31 de agosto de 2006.

– Mais cedo ou mais tarde o país terá de adotar algo parecido. O governo precisa de previsibilidade orçamentária. Não pode ser surpreendido num final de ano por projetos que aumentam salários – explica Romero Jucá. O senador informa que a discussão deve voltar no projeto de lei complementar sobre as normas para as LDOs.

Mais rigor no controle do gasto público

Foram mais de 2,3 mil emendas. Mas, ao final, o relator, senador Romero Jucá considerou que o seu substitutivo conseguiu "reposicionar" o projeto de LDO encaminhado pelo Executivo, impondo maior rigor no controle do gasto público. O governo propôs que as despesas orçadas para 2007 sejam reduzidas na proporção de 0,1% do PIB sobre os valores autorizados em 2006. Só que Jucá estendeu esse redutor para os valores empenhados no exercício, controlando a execução orçamentária do próximo ano.

O relator estabeleceu no substitutivo que os gastos com publicidade, passagens e diárias sofrerão um corte de 10% em relação ao que foi empenhado em 2006. Mas, na última versão, houve o entendimento de que o deslocamento urgente de ministros de Estado, ministros de tribunais superiores e parlamentares não poderia sujeitá-los a essa regra.

Além disso, Jucá impôs redução de 30% nas despesas inscritas em "restos a pagar", sobre o montante incluído este ano nessa rubrica. Ou seja, o mecanismo que funcionou como uma válvula de escape para tocar investimentos durante o período de atraso na votação do Orçamento de 2006 passa a ter controle mais rígido.

Entretanto, alguns gastos federais não estarão sujeitos ao redutor de 0,1% do PIB. Em função da crise da agricultura, ficaram de fora as subvenções ao setor, a aquisição e formação de estoques públicos de alimentos, e os mecanismos que asseguram o financiamento à produção e a sustentação dos preços agrícolas. Também foram excluídos o Fundo Constitucional do Distrito Federal e, na última versão do substitutivo, os recursos federais para os estados exportadores, conhecidos como Lei Kandir.

Despesas com publicidade, passagens e diárias terão corte de 10%

Outras novidades introduzidas pelo relator garantem maior transparência nos repasses voluntários da União às entidades privadas como organizações não-governamentais (ONGs) e organizações da sociedade civil de interesse público (Oscips). Elas terão que entrar com contrapartida em percentuais semelhantes aos exigidos dos municípios onde estiverem registradas.

O substitutivo beneficiou os municípios mais pobres, reduzindo os percentuais de contrapartida. Dos que tiverem até 25 mil habitantes, o limite máximo exigido será de 5%, três pontos menos do que o teto atual (8%). Mas Jucá introduziu uma nova faixa para os municípios com Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) muito baixo ou aqueles localizados nas áreas de fronteira. Para esses, a contrapartida irá variar de 1% a 3%. No entanto, a aquisição de bens e serviços por todos os municípios beneficiados pelos repasses voluntários deverá ser feita pelo sistema de pregão eletrônico, à semelhança do que já faz a União.

Cai a garantia de execução total em caso de não votação

O mecanismo que garantia ao governo executar as despesas orçadas na sua proposta no caso de a lei orçamentária não ser aprovada até o fim de 2006 – um dos pontos mais polêmicos do texto do Executivo – acabou sofrendo modificações. Não ficou tão amplo como o governo desejava, uma vez que o projeto original autorizava a total execução dos valores orçados pelo Executivo. Mas resolveu um dos entraves enfrentados este ano: o atraso na liberação dos investimentos federais por falta de autorização legal do Congresso.

A permissão para executar um doze avos do valor de cada dotação, que vigorou nos primeiros quatro meses de 2006 para os gastos de custeio da máquina federal, incorporou para 2007 os investimentos, tanto das estatais quanto do Tesouro. Na reta final, prevaleceu o entendimento de que essa autorização só vale para as obras em andamento, com desembolsos financeiros previstos. Portanto, o próximo governo não poderá liberar recursos para novas obras enquanto o Orçamento não for aprovado.

Apesar da pressão de alguns oposicionistas, o Executivo conseguiu manter o dispositivo que facilita a contratação de consultorias privadas quando não houver servidores federais capacitados. A LDO deste ano obriga a averiguação da inexistência de funcionários capacitados em toda a administração federal antes de decidir por essas contratações do setor privado, o que tornava essa exigência legal inexeqüível na prática. Agora, a verificação terá de ser feita apenas no âmbito do respectivo órgão ou entidade.

Romero Jucá aceitou destaque que dá autorização legal na LDO para o uso de recursos da União nas reformas e manutenção de imóveis municipais e estaduais cedidos em comodato para instalação das varas federais. Essa restrição vem impedindo, por exemplo, reparos na rede hidráulica e elétrica em imóveis antigos cedidos desde 2004. Foram rejeitados destaques para evitar o contingenciamento dos recursos da segurança pública e exigir que as estatais enviem informações detalhadas sobre a execução dos seus investimentos.

COMISSÕES

Grávida poderá pedir apoio à Justiça

A mulher grávida terá o apoio da lei ao recorrer à Justiça para exigir ajuda financeira do suposto pai desde a concepção ao parto e não mais somente após o nascimento do filho. É isso o que prevê projeto (PLS 62/04) do senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) que institui essa prática (alimentos gravídicos, na linguagem jurídica), já acatada por vários juízes brasileiros. A proposta foi aprovada em decisão terminativa pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

– É a possibilidade de se conceder alimentos com vistas a assegurar o mínimo necessário durante o período de gestação, que é, por natureza, um período conturbado, em que a mulher possui necessidades especiais – explicou Tourinho.

Emenda da relatora, senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), discrimina os recursos necessários para cobrir os gastos da grávida. A ajuda financeira deverá incluir valores suficientes para cobrir as despesas adicionais referentes à alimentação especial, assistência médica e psicológica, exames complementares, internações, parto, medicamentos e demais prescrições preventivas e terapêuticas indispensáveis, a critério do médico, além de outras que o juiz considere pertinentes.

Suposto pai poderá contestar pedido da mãe

O projeto determina ainda que esses gastos deverão ser divididos entre pai e mãe, na proporção dos recursos de ambos, a partir da data da citação do réu. A ajuda perdurará até o nascimento da criança, quando será automaticamente convertida em pensão alimentícia.

Serys incorporou outra emenda para garantir que, havendo oposição do suposto pai, o deferimento do pedido dependerá da realização de exame pericial pertinente. Enquanto isso, os alimentos deverão ser depositados em juízo até o nascimento da criança.

J. FREITAS

Dando continuidade às medidas que visam agilizar a Justiça, CCJ aprovou projetos que dão mais eficiência aos códigos de Processo Civil e Penal e ao processo legislativo

Emenda prevê exame de vetos separadamente pelas duas Casas

Os vetos presidenciais aos projetos aprovados pelo Legislativo poderão passar a ser apreciados separadamente na Câmara e no Senado, e não mais em sessão conjunta do Congresso, como ocorre atualmente. Essa é a determinação da proposta de emenda à Constituição (PEC 57/05) do senador Marco Maciel (PFL-PE) que teve parecer favorável aprovado pela CCJ.

Pela PEC, cada Casa terá 30 dias, a contar do recebimento, para deliberar sobre o veto, que só poderá ser rejeitado pela maioria absoluta dos senadores e dos deputados, em votação secreta.

Segundo o relator, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), o Congresso raramente faz sessões conjuntas, o que dificulta o exame dos vetos presidenciais. Como é hoje, continua Tebet, o poder do presidente é ampliado e a imagem do Congresso, prejudicada.

A Comissão de Justiça aprovou também projeto de decreto legislativo (PDL 328/06) que susta, por "exorbitância de poder", os efeitos de portaria do presidente do Ibama que fixa os limites da zona de amortecimento do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos e estabelece normas para o uso e a ocupação da área.

A mediação como instrumento de agilidade

A mediação poderá ser institucionalizada no Brasil como método de prevenção e solução consensual de conflitos na esfera civil. É o que determina substitutivo do senador Pedro Simon (PMDB-RS) a projeto da deputada Zulaiê Cobra (PSDB-SP) que institui o mecanismo (PLC 94/02). Pela proposta, que vai ao Plenário em regime de urgência, a mediação é uma atividade exercida por pessoa imparcial que, escolhida e aceita pelas partes interessadas, as escuta, orienta e estimula, sem apresentar soluções, com o propósito de lhes permitir a prevenção ou solução de conflitos de modo consensual.

O projeto é uma das matérias que, depois da reforma do Judiciária, busca facilitar e agilizar a ação da Justiça.

A mediação, que, pela proposta, seria sempre facultativa, poderá ser feita em toda matéria que admita conciliação ou acordo. Além disso, ela poderá ser utilizada em conflitos ou em parte deles, sempre de forma sigilosa, salvo se as partes quiserem dar publicidade.

De acordo com Simon, o substitutivo é fruto do diálogo com instituições públicas e representantes da sociedade civil. Ele destaca que a idéia não é impor a mediação.

– Entendemos que uma fase obrigatória de mediação incidental seria um choque no sistema processual brasileiro, trazendo à luz, com ares de coercitividade, um instituto que não se sabe ao certo se a cultura brasileira assimilará com sucesso – explicou Simon.

Pela proposta, a formação e seleção de mediadores será feita por meio de cursos sob a responsabilidade da Ordem dos Advogados do Brasil, do Tribunal de Justiça, da Defensoria Pública e de instituições especializadas em mediação.

– Em muitos países, a mediação já é utilizada com o objetivo de desobstruir e agilizar o trabalho dos tribunais, que ficam livres para discutir questões mais complexas – afirmou o senador Aloizio Mercadante (PT-SP).

Para Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), "Justiça lenta é injusta" e, por isso, o projeto vai atingir seus objetivos. Também elogiaram a proposta os senadores Juvêncio da Fonseca (PSDB-MS) e Edison Lobão (PFL-MA).

CCJ apóia seqüestro de bens oriundos de crime

O Código de Processo Penal poderá ser alterado para garantir o seqüestro de bens obtidos em ações criminosas. A medida está prevista em projeto (PLS 258/03) da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) aprovado em decisão terminativa pela CCJ.

Pela proposta, o seqüestro poderá recair sobre bens, direitos e valores provenientes de atos ilícitos, ainda que registrados em nome de terceiros, ou convertidos em ativos ou misturados ao patrimônio legal, até o valor do produto e dos rendimentos auferidos com a prática do crime.

O projeto determina ainda que, para decretar o seqüestro, o juiz verificará se há indícios suficientes de crime e origem ilícita dos bens, que poderão ficar indisponíveis por até 180 dias, prorrogáveis por igual prazo. Comprovada a licitude dos bens apreendidos, o juiz poderá restituí-los, desde que o acusado peça a liberação pessoalmente.

Serys Slhessarenko argumentou que a legislação é precária em relação à decretação da indisponibilidade dos bens. "A cadeia do narcotráfico sofrerá um duro golpe", prevê.

Para o relator, senador Demostenes Torres (PFL-GO), a proposta é inovadora por abranger bens ocultos para dificultar a identificação do crime.

A CCJ aprovou ainda projeto da deputada Ann Pontes (PMDB-PA) que possibilita ao juiz, ouvido o Ministério Público, nomear curador provisório em casos de urgência, por prazo determinado, para representar criança ou pessoa incapaz. Pela proposição (PLC 71/05), o curador não poderá alienar imóveis ou onerar de bens. Para garantir a idoneidade do curador, o candidato deverá apresentar parecer de assistente social sobre sua aptidão.

Aprovado plano de carreira dos funcionários da Câmara

A CCJ aprovou relatório do senador Aloizio Mercadante (PT-SP) favorável à proposta que estabelece o plano de carreira dos servidores da Câmara dos Deputados.

O projeto (PLC 40/06) institui a Gratificação de Representação e disciplina o Adicional de Especialização.

A proposta, já acolhida na Câmara, segue para votação em Plenário.

O Adicional de Especialização, de até 30% dos vencimentos, tem o objetivo de premiar conhecimentos e habilidades específicas do servidor em processos de capacitação e qualificação (como mestrado e doutorado) e desempenho de atividades de direção, chefia e assessoramento. Já a Gratificação de Representação foi concebida para adequar e ajustar o salário dos consultores da Câmara com base no modelo adotado pelos demais órgãos do Poder Legislativo.

Mercadante afirmou em seu relatório que o último plano de carreira dos funcionários da Câmara foi aprovado em 1998 e implementado em 2001, mas não contemplou instrumentos de gestão de pessoal capazes de incentivar e premiar o aperfeiçoamento e a qualificação profissional dos funcionários da Casa.

CPI DOS BINGOS Nas vésperas de completar um ano de funcionamento, senadores finalizam trabalho após 82 reuniões

JANE ARAÚJO

MOREIRA MARIZ

Tião Viana acredita que citados irão recorrer à Justiça; José Agripino *(ao fundo)*, Efraim Morais e Garibaldi Alves: os dois últimos entregarão documentação ao MP

Relatório de Garibaldi vence por 12 a 2

Em no máximo 15 dias, o Ministério Público deverá receber do presidente e do relator da CPI dos Bingos, senadores Efraim Morais (PFL-PB) e Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), respectivamente, toda a documentação comprobatória das investigações que constam do relatório final aprovado na última terça-feira, por 12 votos favoráveis e 2 contra. O documento apresenta os nomes de 79 pessoas e quatro empresas que poderão ser indiciadas.

Depois de 356 dias de funcionamento, o relator pediu em seu relatório que o Ministério Público promova o indiciamento de várias pessoas ligadas ao PT, entre elas o atual presidente do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Paulo Okamotto, e do ex-ministro da Fazenda Antonio Palocci.

Apesar dos apelos da oposição, ficaram fora da lista Gilberto Carvalho, chefe de gabinete do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e o ex-deputado federal José Dirceu.

Os senadores Alvaro Dias (PSDB-PR) – que havia apresentado voto em separado – e Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) chegaram a sugerir a inclusão do nome do presidente Lula no relatório. Mas o relator disse que não havia provas contundentes para incluir Carvalho, Dirceu e Lula na lista de indiciáveis.

– Não sou partidário de Lula. Enganam-se os que pensam isso. Não conhecia Gilberto Carvalho. Fico constrangido por não poder atender a todos, mas é um problema de consciência – afirmou o relator, completando que não sofreu qualquer tipo de pressão para tomar tais decisões.

Ele lembrou, contudo, que o relatório cita a participação de Carvalho e Dirceu no caso de esquema de caixa dois em Santo André e que o documento também pede ao Ministério Público o aprofundamento das investigações do caso.

Regulamentação de bingos depende de projetos

Para poder aprovar o relatório, Garibaldi acatou os apelos de boa parte dos senadores que integram a comissão para que retirasse do texto sugestão de projeto de lei para regulamentar o funcionamento dos bingos no país.

Todos os projetos de lei sugeridos pelo relator no documento – como o que criminaliza os jogos de azar, hoje considerados contravenções penais – serão enviados à Mesa do Senado e deverão ser apensados às demais propostas que tramitam na Casa.

– Esse foi um gesto de grandeza do relator, que me levou a retirar o voto em separado – afirmou Magno Malta (PL-ES), que havia apresentado à CPI proposta para a proibição definitiva do funcionamento dos bingos.

Votaram a favor Alvaro Dias, Antonio Carlos Magalhães, Antero Paes de Barros (PSDB-MT), Augusto Botelho (PDT-RR), Eduardo Suplicy (PT-SP), Leomar Quintanilha (PCdoB-TO), Magno Malta, Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), Romeu Tuma (PFL-SP), Valdir Raupp (PMDB-RO), Wellington Salgado (PMDB-MG) e o próprio relator. Os votos contrários foram dos senadores Ana Júlia Carepa (PT-PA) e Tião Viana (PT-AC).

Governistas consideram frágil trabalho da CPI

O governo não vai recorrer à Justiça contra o relatório da CPI dos Bingos, mas parte dos que foram citados deverá fazê-lo. É o que afirmou o senador Tião Viana (PT-AC), para quem o relatório "é o mais frágil da história do Parlamento brasileiro".

– Os que foram citados apresentarão sua defesa ao Supremo Tribunal Federal e serão bem-sucedidos, pois o relatório não tem suporte constitucional – ressaltou. Tião Viana avaliou ainda que a oposição se apegou a uma "estratégia de ordem eleitoral".

– Essa é uma CPI sem suporte regimental. O relatório rasgou o regimento interno e a Constituição federal ao não atender ao fato determinado e ao objeto formal da comissão – declarou o senador petista. O mesmo foi dito pela líder do PT, Ideli Salvatti (SC).

– A CPI se dedicou muito pouco ao fato para a qual foi criada. Tivemos definitivamente um desvio de foco, com intuito eleitoral – frisou. Diante do quadro de maior apoio ao relatório, Tião Viana reconheceu que o governo deixou seus partidários à vontade, para que o voto não causasse prejuízos políticos.

– O PT aceitou plenamente a decisão do voto da CPI, apesar de discordar do texto, e deixou os senadores à vontade para que não houvesse dano de ordem política aos seus mandatos – disse Viana. O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) votou a favor do relatório, "com ressalvas". Para ele, alguns nomes não deveriam estar na lista de indiciáveis.

Oposição comemora lista com 79 indiciáveis

O PSDB e o PFL conseguiram articular a aprovação do relatório final da CPI dos Bingos em uma votação que, inicialmente, se esperava apertada, mas que acabou sendo de larga diferença. Pesando-se os pós e os contras, a oposição acabou aceitando o relatório sem algumas inclusões e, de certa forma, o governo também, mas para que não houvesse outras inserções. O fato é que votos contabilizados antes para a ala governista foram parar na ala oposicionista.

– O mais importante desta CPI não é o relatório final, mas a proposta de transparência que ela possibilitou, estimulando uma investigação de maior profundidade. Fez ressurgir fatos que estavam sendo acobertados – avaliou o senador Alvaro Dias (PSDB-PR).

Para Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), o relator foi generoso ao não inserir no texto o nome do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

– O presidente participou diretamente de fatos investigados pela CPI. Qualquer partido decente não poderia ser contrário a se apurar os casos de Santo André, Campinas e Ribeirão Preto. Por isso, a CPI foi talvez a mais útil dos últimos tempos no Senado – afirmou Antonio Carlos.

O presidente da CPI, senador Efraim Morais (PFL-PB), ressaltou mais uma vez que a comissão não fugiu de seu objeto de investigação.

– A investigação conduziu a cenários e personagens inesperados. O que estava em pauta era uma imensa teia criminosa, em que, como numa caixa de lenços de papel, a cada um que se puxava, outro se apresentava. Não podíamos nos omitir – disse.

CRONOLOGIA DA CPI DOS BINGOS

JUL/05 - Depoimentos envolvem o empresário de jogos Carlos Ramos, o Carlinhos Cachoeira*, que gravou tentativa de extorsão em seu escritório, em 2002, por parte de Waldomiro Diniz*, quando exercia a presidência da Loteria do Estado do Rio de Janeiro.

AGO/05 - Começam as investigações sobre o envolvimento de Waldomiro Diniz*, já como subchefe de Assuntos Parlamentares da Casa Civil, no processo de renovação de contrato da multinacional GTech com a Caixa Econômica Federal. CPI ouve o diretor da GTech Marcelo Rovai*, o advogado Rogério Buratti* e o advogado Enrico Gianelli*. Buratti denuncia o pagamento mensal de propina da empresa Leão Leão, em Ribeirão Preto, na gestão de Antonio Palocci*.

SET/05 - Buratti reafirma na CPI acusações a Palocci*. A comissão ouve Juscelino Dourado*, então chefe de gabinete do ministro da Fazenda, que pede demissão um dia após prestar depoimento. João Francisco Daniel, irmão do ex-prefeito de Santo André, Celso Daniel, aponta o envolvimento do chefe de gabinete do presidente Lula, Gilberto Carvalho, no esquema de caixa dois na prefeitura da Santo André. Carvalho nega.

OUT/05 - O doleiro Antônio Oliveira Claramunt, o Toninho da Barcelona, fala sobre o suposto esquema de financiamento irregular do PT, com lavagem de dinheiro para troca de dólares por reais. Rovai*, Waldomiro*, Cachoeira*, Gianelli* e Buratti* participam da superacareação sobre o caso Caixa-GTech. Outro irmão de Celso Daniel, Bruno, ratifica que Carvalho confidenciou a eles o esquema de caixa dois no município de Santo André. O juiz afastado, João Carlos da Rocha Mattos, afirma que investigações sobre a morte do prefeito Celso Daniel foram minimizadas para não atrapalhar o esquema de corrupção no município. CPI realiza acareação dos irmãos Daniel com Carvalho.

NOV/05 - Buratti* afirma que Palocci* sabia da doação de R$ 1 milhão feita pelas casas de bingo de São Paulo à campanha eleitoral do presidente Lula, em 2002. O consultor de empresas Vladimir Poleto* presta depoimento sobre o transporte de caixa de bebidas com dólares provenientes de Cuba, de Brasília para Campinas, dinheiro que supostamente seria utilizado em campanha. Também são ouvidos Sérgio Gomes da Silva*, o "Sombra", o empresário Ronan Maria Pinto* e o ex-secretário municipal de Santo André Klinger de Oliveira Souza*, apontados como responsáveis pelo esquema de corrupção em Santo André. O presidente do Sebrae, Paulo Okamotto*, fala sobre a quitação de uma dívida de R$ 29 mil do presidente Lula com o PT.

DEZ/05 - Em depoimento, a jornalista Mara Gabrilli diz que relatou ao presidente Lula, em março de 2003, os acontecimentos na prefeitura de Santo André, em especial o esquema de corrupção. Ademirson Ariovaldo da Silva*, ex-assessor especial de Palocci, nega relação com o caso GTech.

JAN/06 - Apresentação do relatório parcial sobre o caso Caixa-Gtech, com pedido de indiciamento de 34 pessoas e três empresas. Na lista aparecem o ex-presidente da Caixa, Jorge Mattoso*, Waldomiro*, Buratti*, Poleto*, Ademirson* e Rovai*. Em depoimento, o ex-petista Paulo de Tarso Venceslau faz acusações contra Okamotto*. Palocci* é ouvido pela CPI.

FEV/06 - Senadores aprovam relatório sobre o caso GTech. O empresário Roberto Kurzweil confirma que alugava carros para o PT, mas diz desconhecer o transporte de dólares em um de seus carros por Poleto* e Barquete. O juiz federal Julier da Silva, de Cuiabá (MT), afirma que o PSDB teria recebido dinheiro de caixa dois para campanhas eleitorais por meio de empresas de João Arcanjo Ribeiro, o Comendador.

MAR/06 - Sob ameaças, a família de Celso Daniel deixa o país. O motorista Francisco da Chagas Costa afirma que viu o então ministro da Fazenda Antonio Palocci* em mansão alugada no Lago Sul, onde teriam acontecido operações de *lobby* e tráfico de influências. O fato também foi confirmado pelo caseiro Francenildo Santos Costa. O então ministro nega o fato quando depõe à CPI. A quebra ilegal do sigilo bancário do caseiro, além da queda de Palocci* e Mattoso*, gerou uma das maiores crises para o governo.

ABR/06 - Roberto Teixeira, compadre de Lula, nega ter participado de esquema de arrecadação de dinheiro em prefeituras petistas de São Paulo. Palocci* é indiciado pela Polícia Federal.

MAI/06 - O garçom Anderson Ângelo Gonçalves, conhecido como Jack, diz à CPI que assistiu a reuniões em casa de bingo em Campinas, onde supostamente teria sido planejado em 2001 o assassinato do então prefeito Toninho do PT. Uma comissão da CPI ouve o ex-policial civil João Arcanjo Ribeiro em Cuiabá. Ele nega envolvimento com a morte de Celso Daniel. *Factorings* de Arcanjo são apontadas como máquinas de lavar dinheiro.

JUN/06 - A cozinheira Zildete Leite dos Reis afirma que os ex-ministros Palocci* e Dirceu, além do presidente do Sebrae, Okamotto*, freqüentavam a casa de Arcanjo. Ela e o ex-segurança Joacir das Neves dizem que presenciaram Sombra pedindo ao Comendador a indicação de um pistoleiro para assassinar o prefeito de Santo André, Celso Daniel.

* Constam da lista dos 79 indiciáveis pela CPI dos Bingos.

INVESTIGAÇÕES

FOTOS: J. FREITAS

Heloísa Helena e Tuma querem que parlamentares "sanguessugas" sejam identificados e punidos. Lando e Biscaia defendem celeridade e eficiência nas investigações

Biscaia e Lando saem em busca de provas

Escolhidos presidente e relator da chamada CPI dos Sanguessugas, que investiga a compra superfaturada de ambulâncias por meio de emendas ao Orçamento da União, o deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ) e o senador Amir Lando (PMDB-RO) decidiram pedir, já na primeira reunião, todos os documentos referentes ao episódio. Em busca de provas obtidas na chamada "Operação Sanguessuga", os parlamentares visitarão o Ministério Público, a Polícia Federal e o Supremo Tribunal Federal (STF).

Biscaia declarou que pretende cumprir o prazo de 30 dias, prorrogáveis por mais 30, para a conclusão dos trabalhos, mas lembrou que o período regimental previsto para o funcionamento de CPI é de 180 dias e que, se for necessário, vai pedir prorrogação.

– É possível fazer a investigação em 60 dias, desde que haja colaboração dos membros da comissão – observou, Ele defendeu um mínimo de depoimentos e a ênfase na análise de documentos, como os da Polícia Federal e do Ministério Público, que já investigam a "máfia das ambulâncias".

Para Lando, o Congresso deve dar resposta rápida e eficiente à sociedade. Heloísa Helena (PSOL-AL) quer que a CPI revele "quem são os sanguessugas" e Romeu Tuma (PFL-SP) espera que sejam mostrados "os que praticaram crimes contra a saúde pública".

CPI já recebeu dez requerimentos

A CPI dos Sanguessugas recebeu, até a manhã de sexta-feira, dez requerimentos que deverão ser votados em reunião nesta quarta-feira. Nove deles são de autoria dos deputados Carlos Sampaio (PSDB-SP) e Júlio Redecker (PSDB-RS), entre os quais os que pedem a convocação da assessora do Ministério da Saúde Maria da Penha Lino e do empresário Darci José Vedoin, sócio da empresa Planam.

Maria da Penha, acusada de intermediar o esquema no ministério, teria identificado em depoimento à Polícia Federal 81 parlamentares como participantes na fraude, além de Vedoin, apontado como chefe do esquema de compra de ambulâncias para municípios onde ele acertava previamente com o prefeito o superfaturamento na licitação.

Os integrantes da CPI também querem a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico de Maria da Penha e de Vedoin, para confirmar as denúncias.

O deputado Inaldo Leitão (PL-PB) solicitou ainda o depoimento do empresário Luiz Antônio Trevisam, outro representante da Planam.

Os demais requerimentos pedem à Corregedoria Geral da União e ao Tribunal de Contas da União o fornecimento à CPI, em três dias, de informações que possam ter qualquer relação com as investigações de fraude.

Integrantes da nova comissão

SENADORES

Bloco PFL/PSDB
Arthur Virgílio (AM); Sérgio Guerra (PE); Juvêncio da Fonseca (MS); Demóstenes Torres (GO); Romeu Tuma (SP); Efraim Morais (PB); Paulo Octávio (DF).

Bloco PT/PSB/PL
Eduardo Suplicy (SP); Sibá Machado (AC); Paulo Paim (RS).

PTB
Antônio João (MS).

PRB
Heloísa Helena (PSOL-AL).

PMDB
Amir Lando (RO); Gilvam Borges (AP); Valdir Raupp (RR); Wellington Salgado (MG).

PDT
Jefferson Péres (AM).

PCdoB
Leomar Quintanilha (TO).

DEPUTADOS

PMDB
Albérico Filho; Gastão Vieira; Lupércio Ramos.

PSDB
Carlos Sampaio; Luiz Carlos Hauly.

PTB
Arnaldo Faria de Sá

PSB
Marcondes Gadelha.

PT
Antonio Carlos Biscaia; Nelson Pelegrino; Paulo Rubem Santiago.

PDT
João Fontes.

PPS
Raul Jungmann.

PCdoB
Vanessa Grazziotin.

PP
Duas vagas a preencher.

PL
Lúcio Castro.

Bloco PFL/Prona
Betinho Rosado; José Carlos Aleluia.

Virgílio cobra explicação sobre "lista de Furnas"

O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), cobrou do ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, explicações sobre o último laudo emitido pela Polícia Federal (PF) atestando a autenticidade da chamada "lista de Furnas". Virgílio quer que o ministro prove não ter influenciado a PF para que esta produzisse o laudo dando credibilidade ao documento.

A lista de Furnas, trazida a conhecimento público pelo lobista Nilton Monteiro, é uma relação contendo nomes de políticos da base do governo Fernando Henrique Cardoso. Os parlamentares constantes da lista são acusados de terem se beneficiado de recursos governamentais para subvencionar campanhas eleitorais em 2002.

Virgílio citou perícias realizadas por institutos brasileiros de análise de documentos comprovando a falsidade da lista.

– Os peritos identificaram como falsos os papéis utilizados para a montagem da lista, bem como as rubricas e as assinaturas atribuídas a Dimas Toledo [ex-diretor de Furnas] — lembrou.

Virgílio questionou os procedimentos utilizados pela Polícia Federal para declarar a autenticidade do documento. Ele criticou o fato de a PF não ter realizado operação de busca e apreensão nos computadores da residência de Nilton Monteiro, mesmo sabendo que ele respondia a vários processos por falsificação.

– Nilton Monteiro não tem renda própria há anos. Por que a Polícia Federal jamais o interrogou sobre como tem sobrevivido nos últimos tempos? Quem paga suas viagens de avião, seus hotéis e os restaurantes caros que freqüenta? – indagou.

Em apartes, Virgílio foi apoiado por vários senadores. Já o 1º vice-presidente do Senado, Tião Viana (PT-AC), afirmou que Thomaz Bastos, na condição de ministro da Justiça, não poderia adotar qualquer posicionamento que pudesse significar interferência nas investigações realizadas pela PF.

Ideli atribui denúncias a perseguição

A senadora Ideli Salvatti (SC), líder do PT no Senado, atribuiu ao procurador da República em Santa Catarina Celso Três a divulgação de informações sobre sua movimentação bancária entre 2003 e 2005, na edição da última terça-feira do jornal *Correio Braziliense*. Para Ideli, trata-se de perseguição política devido a sua atuação nas comissões parlamentares de inquérito. Ela apontou a coincidência entre a data da divulgação da matéria e a leitura do relatório final da CPI dos Bingos.

A parlamentar explicou que sua movimentação financeira foi elevada no período em virtude de indenizações que recebeu do Senado, como auxílio-moradia, convocações extraordinárias, auxílio-saúde, entre outras, que não fazem parte de seus rendimentos propriamente ditos. Além disso, tomou empréstimos que, segundo ela, ainda não foram quitados.

Ideli disse que no ano passado apresentou ao procurador-geral da República, Antônio Fernando de Souza e Silva, documentos que comprovam a origem de seus recursos e pediu que fosse aberto processo sobre seu patrimônio, para que pudesse se defender na Justiça.

Em sua defesa, Ideli disse que a jornalista responsável pela matéria teria confundido movimentação financeira com rendimentos. Para a senadora, o extrato da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) pode induzir a erro.

Atuação na CPI dos Bingos teria motivado matéria de jornal do DF

Ana Júlia Carepa (PT-PA), em aparte, atribuiu ao banqueiro Daniel Dantas, dono do Opportunity, o vazamento das informações sobre Ideli. Para ela, a líder petista o teria "incomodado" durante a CPI dos Bingos, "por sua postura corajosa" ao denunciar a obtenção ilegal, por Dantas, de recursos públicos desviados de privatizações e de fundos de pensão.

Em aparte, o líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), frisou que a oposição nada tem a ver com o vazamento das informações. O senador Leonel Pavan (PSDB-SC) manifestou solidariedade por conhecer o passado político de Ideli como sindicalista e líder petista e enalteceu sua honestidade.

Paulo Paim (PT-RS) solidarizou-se com Ideli, elogiou seu trabalho e destacou "a coerência de sua história e sua honestidade".

Tião Viana (PT-AC) leu em Plenário nota de apoio à senadora, assinada pelos integrantes da bancada do partido no Senado. Ele disse que a matéria do *Correio Braziliense*, que apresenta "várias insinuações de ilícitos", foi uma violação da privacidade da senadora.

Eduardo Suplicy (PT-SP) ressaltou que Ideli sempre teve uma vida pública pautada pela pela retidão.

– Parece que houve um desrespeito àquilo que é um direito constitucional – observou.

Para Fátima Cleide (PT-RO), a reportagem foi publicada com a intenção de desestabilizar a base do governo.

PLENÁRIO

Sibá defende instituição da prisão perpétua

Apesar de não acreditar que penas extensas possam conter a criminalidade, o senador Sibá Machado (PT-AC) admitiu na sexta-feira que a prisão perpétua poderia ser adotada no Brasil, já que, segundo ele, as sentenças de prisão estão cada vez mais longas.

– Uma pessoa agora pegou mais de 300 anos de prisão. Isso é o mesmo que condená-la à prisão perpétua. Então, que se crie no Brasil a prisão perpétua – afirmou.

Sibá também mostrou-se preocupado com a transformação dos presídios em "universidades do crime", conforme suas palavras. Por isso, defendeu que presos de diferentes graus de periculosidade sejam separados em unidades prisionais que seriam modeladas para penas com graduações diferentes, desde a prisão perpétua às que tenham duração inferior a dez anos.

– Também devemos aplicar mais a pena alternativa, a prestação de serviços sociais como sanção por determinados tipos de irregularidade – sugeriu.

O senador justificou a abordagem do tema ainda como uma necessidade de reflexão sobre os atos de violência deflagrados no país pela facção criminosa PCC (Primeiro Comando da Capital). Observou que os seres humanos precisam de segurança e têm o direito de serem protegidos pelo Estado. Disse ainda que uma sociedade fraterna deve procurar modelos de convivência que eliminem o sentimento generalizado de medo.

Para Sibá, no entanto, a necessidade de respostas rápidas e efetivas ao problema da segurança, inclusive com ações repressivas, não deve ser utilizada como pretexto para a violação dos direitos humanos. O reforço da hipótese repressiva pode ser um caminho necessário, como observou, mas não exclusivo para o combate à criminalidade.

– Não podemos aceitar que o ódio seja combatido com ódio – ressaltou o senador, para salientar a importância de um enfoque abrangente da questão, com políticas voltadas para solucionar os problemas dos espaços urbanos que afetam a sobrevivência e a qualidade de vida das pessoas, desde a oferta de água potável à questão da moradia.

Desperdício de água é ameaça, diz Paim

O senador Paulo Paim (PT-RS) afirmou na sexta-feira, em Plenário, que a conservação dos mananciais aquáticos é um dos maiores desafios para a população nos próximos anos. Segundo ele, a contaminação das reservas de água já ameaça a sobrevivência em algumas regiões do planeta, enquanto a industrialização e a crescente urbanização contribuem para o aumento da demanda de água potável no mundo.

– A escassez de água ameaça a vida no planeta. A população mundial triplicou no século 20, enquanto o consumo de água aumentou seis vezes – disse Paim.

Segundo o senador, a Organização das Nações Unidas (ONU) considera que cada pessoa precisa de pelo menos 50 litros diários de água para beber, tomar banho e cozinhar. Atualmente, explicou, mais de 1,1 bilhão de pessoas em todo o mundo já não contam com esse mínimo – só no Brasil, seriam 22,6 milhões de pessoas.

Paim também disse que as doenças transmitidas por água contaminada matam uma criança a cada 15 segundos no mundo, enquanto 1,8 milhão de pessoas – das quais 90% são crianças de até cinco anos – morrem diariamente em conseqüência de desidratação, diarréia e outros problemas de saúde decorrentes da falta d'água.

CÉLIO AZEVEDO

Paulo Paim: consumo de água aumentou seis vezes no século 20

O senador afirmou que os lixões também ameaçam a qualidade de vida na maioria dos municípios brasileiros. Ele defendeu a criação de programas que possibilitem a redução da quantidade de lixo produzido pela população, a exemplo da coleta seletiva dos resíduos sólidos e orgânicos.

Paim ressaltou ainda a destruição da Mata Atlântica por atividades predatórias promovidas pelo próprio homem. Segundo ele, atualmente sobram apenas 7% da floresta que há mais de 500 anos cobria vasta porção do território nacional, desde o Rio Grande do Norte até a região Sul do país.

O desvio ilegal das riquezas naturais, conhecido como biopirataria, também ameaça os índices de qualidade de vida no planeta, destacou Paim.

– Muitas frentes de luta estão se formando em defesa do meio ambiente. É claro que estamos avançando. A edição do Decreto 4.339/02 é de grande relevância, pois institui os princípios e diretrizes da política brasileira para a biodiversidade – concluiu.

Propostas antiviolência seguem para a Câmara

Na última quarta-feira, seguiram para apreciação da Câmara dos Deputados dez dos 11 projetos de lei que formam o pacote antiviolência aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado em 17 de maio. As propostas foram uma rápida resposta dos senadores à sociedade no combate à criminalidade logo após os ataques promovidos pelo Primeiro Comando da Capital (PCC) em diversas capitais brasileiras, especialmente em São Paulo.

MOREIRA MARIZ

Projeto de Demostenes Torres institui o regime penitenciário de segurança máxima

O projeto de lei do Senado (PLS 179/05) do senador Demostenes Torres (PFL-GO) institui o regime penitenciário de segurança máxima para presos envolvidos em organização criminosa. O regime prevê o isolamento do presidiário por até 720 dias, com possibilidade de prorrogação ou de conversão para o regime disciplinar diferenciado, já previsto na legislação e que é um regime especial de isolamento mais brando.

Demostenes também é autor do PLS 474/03, que aumenta os prazos de prescrição de diversos crimes; do PLS 186/04, que determina que as penas que já tiverem sido reduzidas ao período máximo de privação de liberdade (30 anos) não poderão ser novamente reduzidas; e do PLS 140/05, que permite usar bens dos presidiários para reparar danos causados por rebeliões.

O uso de celular por presidiário será considerado falta grave e punido com adoção do regime disciplinar diferenciado. É o que prevê o PLS 136/06, do senador César Borges (PFL-BA).

Também fazem parte do pacote de medidas: o PLS 220/03, do senador Renan Calheiros (PMDB-AL), cujo objetivo é facilitar a aquisição de moradias por policiais e bombeiros; o PLS 138/06, do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), que permite bloquear bens de indiciados por crime doloso; e o PLS 140/06, do senador Alvaro Dias (PSDB-PR), que estende o instituto da "delação premiada" a presos já condenados.

Após a aprovação das medidas na CCJ, aguardava-se a liberação da pauta do Plenário para que a tramitação prosseguisse. Mas uma nova interpretação do Regimento da Casa possibilitou que, mesmo com a pauta do Plenário trancada, fosse aberto, entre 12 e 19 de junho, o prazo regimental de cinco dias úteis para a interposição de recurso, o que não ocorreu. Dessa forma, durante a sessão do dia 20, o presidente do Senado, Renan Calheiros, anunciou o envio das propostas à Câmara.

Cristovam quer prazo para inclusão social

O senador Cristovam Buarque (PDT-DF) disse que o Brasil só conseguirá atingir o objetivo fundamental estabelecido pela Constituição de erradicar a pobreza quando definir metas com prazo para cumprimento. A seu ver, em vez de metas, o governo federal adota programas, que apenas são capazes de amenizar os problemas sociais, lenta e gradualmente. O parlamentar referia-se a matéria do jornal *Correio Braziliense* segundo a qual o governo federal não conseguirá atingir as Metas do Milênio, estabelecidas para 2015 pela Organização das Nações Unidas (ONU), para melhorar a vida de crianças e adolescentes.

– Está na hora de levar essas metas a sério, com prazo determinado, para garantir os bens essenciais aos pobres. Essa é a porta para a modernidade do país. O Brasil só tem meta para conter a inflação, se ela sobe um pouquinho, a equipe econômica eleva a taxa de juros. Por que existe meta inflacionária e não há meta com prazos para erradicar o analfabetismo, o trabalho infantil, a prostituição infantil? – questionou.

Na avaliação do senador, não há falta de dinheiro para erradicar a pobreza no país, o que há é falta de vontade. Ele frisou que a renda *per capita* anual brasileira corresponde a quase R$ 20 mil. Para Cristovam, o problema só poderá ser solucionado ao se transformar "necessidade por serviços públicos essenciais" em "demanda por serviços públicos essenciais". A diferença, segundo ele, é a exigência no cumprimento.

– Não há a menor possibilidade de atender educação, saúde, água e esgoto e segurança aumentando a renda. Isso provoca a concentração e não a distribuição da renda. Esses serviços são essenciais e devem ser gratuitos – ressaltou.

Mesquita Júnior propõe capacitação em área rural

O senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) apresentou proposta de emenda à Constituição (PEC) que visa à capacitação de jovens de 16 a 24 anos nos serviços de assistência técnica e extensão rural. Ao divulgar a proposição (PEC 25/06) na sexta-feira, em Plenário, o senador frisou que, para serem beneficiados, os jovens têm de estar domiciliados há mais de cinco anos em comunidades rurais.

Geraldo Mesquita

– Com essa capacitação, eles poderiam se fixar no campo e ter perspectivas – declarou.

Mesquita Júnior acrescentou que a capacitação seria uma forma de se resgatar "um enorme contingente de jovens do país".

A PEC acrescenta um parágrafo ao artigo 187 da Constituição, que trata da política agrícola. De acordo com a proposta, para a execução das ações e serviços de assistência técnica e extensão rural – que devem ser levadas em conta no planejamento da política agrícola –, poderão ser admitidos, por tempo determinado, por meio de processo seletivo público simplificado e após treinamento e capacitação, jovens de 16 a 24 anos, domiciliados há mais de cinco anos nas comunidades rurais.

Apresentada no início do mês, a PEC está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Papaléo cobra assistência do SUS contra hepatite

O senador Papaléo Paes (PSDB-AP) defendeu a efetiva implantação, pelo Executivo, da Lei 11.255/05, que assegura aos portadores de hepatite a assistência do Sistema Único de Saúde (SUS). O parlamentar explicou que o governo precisa estabelecer normas para que esse direito possa ser exercido pela população. Papaléo, que é médico, disse que o tratamento da hepatite, principalmente a dos tipos B e C, é "um caso de saúde pública muito grave", não apenas porque a doença acomete uma parcela importante da população, mas também porque em sua forma crônica ela pode evoluir para cirrose ou câncer do fígado.

PLENÁRIO

Alvaro aponta "farsa" dos investimentos

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) afirmou, na sexta-feira, que, principalmente em ano eleitoral, muito do que o governo federal e alguns governos estaduais afirmam ser investimento contraria a verdade. Ele definiu como "farsa da execução orçamentária" o que a publicidade oficial desses governos divulga e disse que alguns chegam a anunciar como investimentos os salários pagos ao funcionalismo.

– Alguns números oficiais anunciados pela propaganda afirmam que o Paraná aplicou R$ 5,2 bilhões em Curitiba, Londrina, Maringá, Ponta Grossa, Cascavel, Foz do Iguaçu, Guarapuava e São José dos Pinhais, nos últimos três anos e três meses. Mas pelo menos R$ 3,5 bilhões não podem ser considerados investimentos – informou.

Conforme Alvaro Dias, o conceito técnico de investimento é literalmente ignorado nesses anúncios, pois esses R$ 3,5 bilhões são despesas obrigatórias com custeio e pagamento de funcionários. Na cifra divulgada pelo governo paranaense, ele disse que foram incluídos até empréstimos feitos aos municípios. A administração do estado ainda colocou nessa conta recursos que não saíram dos cofres públicos, até porque ainda nem foram recebidos pelo Paraná, acrescentou.

JOSÉ CRUZ

Em ano eleitoral, governos anunciam até salários de funcionários, alerta Alvaro Dias

– Só pode ser considerado investimento o dinheiro que é aplicado e traz algum retorno financeiro, econômico ou social, como escolas, estradas ou máquinas. Não dá para considerar salário do funcionário público, que movimenta a economia, como dinheiro investido, porque se trata apenas de manter a máquina estatal funcionando.

O senador afirmou ainda que a prática de inserir na propaganda oficial despesas e outros custeios que tecnicamente não poderiam ser considerados investimentos não é exclusiva do Paraná.

– Se a propaganda eleitoral extrapola os limites, imaginem os discursos de campanha – observou.

Economia está no rumo certo, diz Sibá

O Brasil começa a colher os frutos da política econômica colocada em prática pelo atual governo, afirmou o senador Sibá Machado (PT-AC). Tomando por base a última pesquisa divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ele informou que a taxa de desemprego caiu em todo país no mês de maio, com aumento no rendimento médio real do trabalhador, já descontada a inflação.

– Os números mostram que o país está no rumo certo, o que demonstra a vitalidade da nossa economia – resumiu, ao prever ainda que, no segundo semestre de 2006, o Brasil irá crescer de forma sustentável, mesmo com um cenário externo desfavorável, incluindo juros em alta e possível aumento do preço do barril de petróleo.

JOSÉ CRUZ

Sibá: taxa de desemprego caiu e rendimento médio real do trabalhador teve aumento

Para Sibá, o presidente Lula também começa a colher bons frutos em outro setor considerado vital para a economia e para o fortalecimento do mercado interno: a distribuição de renda. Segundo o parlamentar, os responsáveis diretos por esse novo quadro social são o aumento real do salário mínimo e o programa Bolsa Família.

O senador destacou ainda outro dado da pesquisa do IBGE: a geração de empregos que, observou, "continua em ritmo crescente". Ele frisou o aumento do número de pessoas trabalhando com carteira assinada no setor privado – 6,7% em relação ao número apurado em maio de 2005.

Paim: juíza decide contra fator previdenciário

O senador Paulo Paim (PT-RS) disse, na última sexta-feira, que a decisão da juíza federal Fabíola Queiroz de condenar o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) a revisar a renda mensal da aposentada Matilde Petri, com a exclusão da incidência do fator previdenciário do cálculo, provocará uma enxurrada de ações de aposentados contra o órgão. Com a revisão, a aposentadoria de Matilde Petrí passará, segundo o senador, de R$ 1.323,81 para R$ 2.397,24, o que significa um reajuste de 81,08%.

Paim ressaltou que o fator previdenciário foi instituído no governo anterior e que, por prejudicar os aposentados, precisa ser revisto. Criado pela Lei 9.876/99, o cálculo do fator previdenciário leva em conta a idade, a expectativa de vida e o tempo de contribuição do segurado ao se aposentar. Essa norma, segundo o senador, permite que pessoas aposentadas com o mesmo tempo de contribuição e salário igual recebam aposentadorias de valor diferente.

Em aparte, o senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) afirmou que no Brasil o Poder Judiciário é levado também a promover a justiça social, o que caberia a outras esferas de Poder.

Heloísa defende política nacional para o turismo

A senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) defendeu uma política nacional para o desenvolvimento do turismo no país que contemple linhas de crédito e financiamentos direcionados à qualificação da mão-de-obra do setor e também proporcione lazer à população de média e baixa renda. Ela relatou que as propostas foram defendidas por trabalhadores, empresários e representantes do setor de turismo num encontro nacional presidido pelo deputado Asdrúbal Bentes (PMDB-PA), presidente da Comissão de Turismo e Desporto da Câmara. Participaram também desse encontro candidatos de vários partidos às eleições para presidente da República, inclusive Heloísa Helena, candidata pelo PSOL. Conforme a senadora, foram apresentadas ainda outras propostas durante o encontro para dinamizar o setor de turismo, tais como: *marketing* turístico; melhoria da malha rodoviária para facilitar acesso a lugares turísticos; e maiores mecanismos de controle e vigilância para evitar o turismo sexual no Brasil, entre outras. Ela observou que não concordou com as propostas de contratos temporários de trabalho e parceria público-privada.

Em aparte, o senador Paulo Paim (PT-RS) destacou a importância do setor de turismo para a geração de empregos no país.

Debate sobre mudanças na PEC dos precatórios

A Comissão de Assuntos Sociais realizou audiência pública, na última sexta-feira, para discutir a proposta de emenda à Constituição (PEC 12/06) que muda a forma de pagamento de precatórios públicos (dívidas já decididas pela Justiça). Presidida pelo senador Paulo Paim (PT-RS) e com a presença de advogados que representam os credores de precatórios, uma das conclusões da audiência foi a de que a proposta, como está redigida, contém inconstitucionalidades e injustiças, mas, depois de melhorada, deve ser aprovada.

A PEC foi apresentada pelo senador Renan Calheiros (PMDB-AL) e determina, entre outros aspectos, que os estados terão de destinar sempre 3% e os municípios 1,5% de suas receitas primárias para formação de um fundo de pagamento de precatórios. Uma parte do fundo (30%) será usada no pagamento de precatórios como ocorre hoje, enquanto os outros 70% serão empregados em um leilão reverso de credores, onde vence quem aceita o maior desconto.

Paulo Paim disse ter ficado surpreso ao tomar conhecimento de que os precatórios não-alimentares, geralmente dívidas públicas com empresas, não entram no leilão. Em sua avaliação, o senador César Borges (PFL-BA), relator da PEC, "terá sensibilidade" para apresentar um substitutivo que seja mais interessante para os credores, "a maioria de aposentados estaduais".

Simon: omissão do governo pode acabar com a Varig

Pedro Simon (PMDB-RS) defendeu, na última quinta-feira, a concessão de empréstimo, pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), ao consórcio de funcionários que comprou a Varig para a reestruturação da empresa. O senador disse que o BNDES empresta dinheiro "a Deus e todo mundo", mas agora ameaça não garantir recursos para os compradores.

– O governo Lula será responsabilizado pelo que acontecer com a Varig. Pelo boicote, pela omissão que expressa – afirmou Simon.

O senador Paulo Paim (PT-RS) salientou que a falência da empresa daria ao país prejuízo de R$ 10 bilhões.

Análise do Fundeb depende de acordo

Simon disse esperar que acordo prometido pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, permita a desobstrução da pauta de votações da Casa e, dessa forma, o exame do projeto que cria o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais de Educação (Fundeb). Ele pediu a aprovação da matéria com emenda de sua autoria que obriga o governo federal a repassar recursos do Fundeb para as prefeituras.

ACM critica Waldir Pires e comandantes militares

Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) criticou recentes declarações do ministro da Defesa, Waldir Pires, sobre a crise na Varig, e a participação de comandantes militares na festa junina promovida pelo presidente Lula na Granja do Torto. O senador condenou a recomendação de Pires aos passageiros da Varig, aconselhados a esperar em casa por uma solução para a empresa, lembrando que muitos deles reuniram economias de anos para visitar suas famílias e hoje choram por não poder viajar para seus estados de origem.

Em seguida, Antonio Carlos reprovou a ida dos comandantes militares ao "Arraiá do Torto", realizado no momento em que seus subordinados da ativa e o pessoal da reserva aguardam o pagamento de reajuste salarial pelo governo federal. O senador disse ter conversado recentemente com mulheres de militares sobre as dificuldades financeiras enfrentadas por suas famílias.

Em aparte, Heráclito Fortes (PFL-PI) apoiou a crítica a Waldir Pires, observando que milhares de passageiros da Varig "estão pelo mundo afora, com o dinheiro contado, sem ter para onde ir".

VALTER CAMPANATO/ABr

Recomendação de ministro para passageiros da Varig e participação em festa junina são rechaçadas por Antonio Carlos

Voz do Leitor

CORRUPÇÃO

"Há um subjacente espírito de destruição não só entre supostos deserdados políticos, mas, principalmente, de oportunistas e aproveitadores das riquezas públicas. Eles não se conformam por ainda não terem enriquecido suas famílias. Campanhas institucionais no rádio e na TV pelo combate a esses oportunistas são urgentes."
Joaquim Soares, de Itapipoca (CE)

REFORMA ELEITORAL

"As regras aprovadas para as próximas eleições foram um bom começo, porém é necessário aprofundar mais a reforma eleitoral e acabar de vez com a influência nefasta do poder econômico."
Messias Linhares, de São João Nepomuceno (MG)

ÁGUA E ENERGIA

"Sugiro a apresentação de um projeto de lei que obrigue as companhias de água e energia a darem descontos nas contas para os cidadãos que comprovadamente cooperarem no combate à dengue."
Inácio José Alves de Lira, de Natal (RN)

POUPANÇA-ESCOLA

"Gostaria de parabenizar o senador Cristovam Buarque pelo projeto de lei da Poupança-Escola e pedir aos senadores que aprovem a proposta para que a educação do Brasil melhore."
Carlos Alberto Bezerra Júnior, de Areia Branca (RN)

SUPLÊNCIA

"Gostaria que um senador apresentasse uma proposição para acabar com a atual forma de suplência no Senado, uma vez que o candidato é quem escolhe seu suplente. Sugiro ainda que o parlamentar que se candidatar a um cargo executivo fique impossibilitado de reassumir o mandato. Foi repugnante ver José Dirceu deixar o cargo de deputado, assumir um ministério, ser exonerado e voltar para a Câmara como se nada tivesse acontecido."
Manuel Carlos Vieira, de São Paulo (SP)

CAMPANHA

"Diariamente, e com enorme tristeza, estamos recebendo uma *overdose* de notícias sobre o desmando e o mau uso do dinheiro público no Legislativo e no Executivo. O julgamento e a condenação desses maus brasileiros são primordiais para a continuidade da plena democracia. A cada dia aumenta na opinião pública a idéia de que nada mais vale a pena. Esses políticos predadores não enxergam as conseqüências dos seus atos imorais, abandonam a ética e partem para a destruição sem refletir que a insensatez, a compulsão pelo poder e a ganância pelo enriquecimento ilícito possam resultar na sua própria desgraça. Em breve teremos o início das campanhas para as eleições de 2006 e aí os postulantes aos cargos executivos e legislativos começarão a mostrar as suas caras e propostas com as quais pretendem convencer a tão sofrida população. Está aí a grande e preciosa oportunidade de os cidadãos acordarem e repensarem melhor sobre que país querem legar para os seus filhos e netos. É só votar com lucidez e consciência, buscando eleger o mais digno e afastar os oportunistas e fisiologistas."
Osmar Cerioni, de Jarinu (SP)

Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, edifício Anexo I, Senado Federal, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília-DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) *ou telefone (0800 61-2211).*

Pergunte ao Senador

CRISE POLÍTICA

Rildo Alves de Oliveira, de Desterro (PB)

"Senador Efraim Morais, a crise no Congresso é de conhecimento de toda a sociedade brasileira. Acredito que somente com a reforma política a corrupção terá um fim. Qual a sua opinião?"

O senador Efraim Morais (PFL-PB) responde:

Prezado Rildo, associo-me a sua preocupação de criar mecanismos que extirpem a corrupção. A reforma política poderá evitar alguns casos, mas não é suficiente para resolver o problema. A reforma política está afeta apenas ao Legislativo e a corrupção é também um mal do Judiciário e do Executivo. Acredito que mais fiscalização em todas as ações dos três Poderes e penalidades mais rigorosas para os culpados poderiam minimizar esta triste realidade.

SEGURANÇA PÚBLICA

Davi Alves, de São Paulo (SP)

"Senador Alvaro Dias, depois desses acontecimentos que facções impuseram a alguns estados do país, a sociedade pode esperar que os senhores definam leis mais rígidas e severas para integrantes do crime organizado?"

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) responde:

Caro Davi, a incompetência administrativa e o descaso do governo são as causas da onda de violência que atingiu estados como São Paulo, Paraná, Mato Grosso do Sul e Bahia. O que falta é uma política pública de segurança. Caberia ao governo coordenar as ações, envolvendo os estados e estabelecendo a interação necessária para aumentar os recursos orçamentários, que são escassos. É necessário um mutirão de combate à criminalidade, uma força-tarefa com a participação de todos os Poderes. Não basta o Congresso discutir legislação, é preciso que a autoridade do Estado seja restabelecida, pois os gestos de fraqueza da autoridade criam cenários favoráveis à insubordinação e são estímulos para a onda de violência. Não basta o governo acordar diante da crise e anunciar de forma bombástica algumas medidas, como se o problema da violência estivesse resolvido, e depois de superada a notoriedade se esquecer das suas obrigações. Em 2005, os recursos para todos os estados liberados pelo Fundo Nacional de Segurança Pública sofreram queda de 29% em relação a 2004. O Fundo Penitenciário Nacional também teve, no ano passado, o orçamento reduzido em R$ 55,2 milhões. Outro fundo, o de Combate às Drogas, tinha R$ 16 milhões previstos para 2006, mas só R$ 700 mil foram usados pelo governo nos primeiros quatro meses do ano. Por isso apresentei projeto, já aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que proíbe o contingenciamento de verbas para programas de segurança pública. Ele estabelece que os ministros da Justiça e da Fazenda e os ordenadores de despesas respondam a crime de responsabilidade se descumprirem a determinação. Além disso, o Executivo deverá encaminhar trimestralmente ao Senado todos os demonstrativos da execução das despesas em segurança pública. A situação da segurança pública no Brasil tornou-se insustentável. A falta de investimentos do governo, devido à sua política de obtenção de superávits primários, tem submetido os cidadãos ao domínio de organizações criminosas.

Frases

"Neste instante em que o presidente do Conselho de Ética da Câmara [Ricardo Izar] diz que a composição atual daquela Casa é a mais humilhante que o país já teve, o Senado tem orgulho de ter dois dos seus nomes na disputa à Presidência da República"

Pedro Simon, comemorando as candidaturas de Cristovam Buarque e de Heloísa Helena.

"Ele gosta é disto: é de forró. Enquanto o povo sofre, a vontade de Lula é de dançar"

Antonio Carlos Magalhães, criticando as fotos em que o presidente Lula e sua mulher, Marisa, trajam roupas típicas na festa junina da Granja do Torto.

"É o relatório mais frágil da história do Parlamento brasileiro"

Tião Viana, para quem o relatório da CPI dos Bingos teria extrapolado o fato determinado e o objeto formal da CPI (ligação do bingo com crime organizado e lavagem de dinheiro).

"Enganam-se os que pensam que sou partidário do presidente Lula. Mas me sinto à vontade para não incluí-los, porque não vi como tipificar a conduta deles"

Garibaldi Alves, relator da CPI dos Bingos, ao rebater críticas por não ter pedido o indiciamento do ex-ministro José Dirceu (Casa Civil) e de Gilberto Carvalho, chefe de gabinete do presidente Lula.

"Não desejo que a Varig entre em falência, mas, se entrar, paciência. As pessoas vivem, as pessoas morrem. Assim também as empresas. Mas, se for possível salvá-la, vamos tentar salvá-la"

Waldir Pires, ministro da Defesa.

"Não é do perfil dele dar soluções aos problemas"

César Borges, criticando a declaração do ministro Waldir Pires.

"Não sou gado. No Congresso não tem boi ou vaca, mas deputados, deputadas, senadores e senadoras. A promessa é quase uma licença para a prática de corrupção em cada ministério"

Arthur Virgílio, em protesto contra a suposta promessa do presidente Lula de, se reeleito, dar aos partidos que o apoiarem ministérios com "porteira fechada".

Foto da Semana

MÁRCIA KALUME

Em clima de alívio, senadores comemoram o encerramento da CPI dos Bingos na semana passada, após a aprovação do relatório de Garibaldi Alves. O texto resistiu a pressões de governistas e oposicionistas por alterações. Na foto, José Agripino, Mozarildo Cavalcanti, Romeu Tuma, Efraim Morais (que presidiu a CPI), Wellington Salgado, Magno Malta e Garibaldi (*D*)

FOLHA IMAGEM

Sartre, em Paris, abordado por policiais: TV Senado mostra vida do filósofo existencialista

Jean-Paul Sartre por ele mesmo

A TV Senado exibe neste fim de semana a primeira parte de uma série de quatro episódios sobre o filósofo, escritor e novelista francês Jean-Paul Sartre. Em uma entrevista exclusiva com o teatrólogo e maior intelectual do Existencialismo, o documentário *Sartre por ele mesmo* mostra sua trajetória de vida e os acontecimentos políticos e sociais vividos pelo escritor.

Além da participação de Sartre, o programa conta com depoimentos de sua companheira, a também escritora Simone de Beauvoir. Eles narram episódios e transformações sociais da Europa por que passaram na metade do século passado. Jean-Paul Sartre morreu em Paris, em abril de 1980.

A primeira parte do especial vai ao ar nesta sexta-feira, às 22h45, com reprises no sábado, às 15h30 e 21h30, e no domingo, às 15h30 e 22h.

Rádio debate explosão demográfica nas favelas

O preocupante aumento da população nas favelas do país é o tema da edição desta segunda-feira do *Conexão Senado*, que vai ao ar às 12h pela Rádio Senado. O debate foi motivado pela estimativa das Nações Unidas de que o número de moradores de favela aumente em 55 milhões até 2020. Especialistas no assunto falarão sobre o que se pode fazer para evitar isso e as propostas legislativas de políticas públicas para o setor que tramitam no Congresso.

Já o *Música do Brasil* apresenta – às 16h deste sábado, com reprise às 11h de domingo – o memorável *show* de 1977 no Canecão, no Rio de Janeiro, que reuniu Toquinho, Tom Jobim, Vinícius de Moraes e Miúcha.

Mais informações sobre a programação da TV e da Rádio Senado em *www.senado.gov.br/tv* e *www.senado.gov.br/radio*.

Rádio Senado

TODOS OS DIAS

6h - Matinas
7h55 - Cidadania Dia-a-dia
21h50 - Cidadania Dia-a-dia (reprise)

DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA

7h - Crônicas Musicais
7h10 - Música e Informação
8h - Senado Notícias
8h30 - Plenário em Destaque
19h - Voz do Brasil
19h30 - Jornal do Senado
20h - Música e Informação
21h - Crônicas Musicais (reprise)
21h10 - Música e Informação
22h - Senado Notícias
24h - Música e Informação

DE SEGUNDA A QUINTA-FEIRA

14h - Plenário (ao vivo)

DE TERÇA A SEXTA-FEIRA

9h - Senado Repórter
10h - Comissões (ao vivo)
13h40 - Senado Notícias

SÁBADO E DOMINGO

7h - Música e Informação
9h30 - Música e Informação
21h - 180 anos do Senado
22h - Música e Informação

SEGUNDA-FEIRA

9h - Senado Resumo
10h - Senado Notícias (reprise)
11h - Senado Resumo (reprise)
12h - Conexão Senado
13h40 - Senado Notícias
23h - Brasil Regional (reprise)

TERÇA-FEIRA

23h - Jazz & Tal (reprise)

QUARTA-FEIRA

23h - Música do Brasil (reprise)

QUINTA-FEIRA

23h - Escala Brasileira (reprise)

SEXTA-FEIRA

9h - Plenário (ao vivo)
12h - Música e Informação
13h40 - Senado Notícias
14h - Música e Informação
18h - Senado Resumo
20h - Reportagem Especial
23h - Improviso Jazz (reprise)

SÁBADO

8h - Encontros com a Música Brasileira
9h - Prosa e Verso
10h - Especial (reprise)
11h - Música Erudita
12h - Senado Resumo (reprise)
13h40 - Música e Informação
15h - Autores e Livros
16h - Música do Brasil
17h - Música e Informação
18h - Improviso Jazz
19h - Senado Resumo (reprise)
20h - Escala Brasileira

DOMINGO

8h - Brasil Regional
9h - Autores e Livros (reprise)
11h - Música do Brasil
15h - Música Erudita (reprise)
16h - Prosa e Verso
17h - Reportagem Especial (reprise)
18h - Encontros com a Música Brasileira (reprise)
20h - Jazz & Tal

Como sintonizar

FM

Freqüência de 91,7MHz, em Brasília e regiões vizinhas

ONDAS CURTAS

Freqüência de 5990 KHz, na faixa de 49 metros, nas regiões Norte e Nordeste

INTERNET

No endereço *www.senado.gov.br/radio*, por meio do Real Player ou Windows Media Player

ANTENA PARABÓLICA

Aponte a antena para o satélite Brasilsat B1 e ajuste o receptor na freqüência 4.130 MHz; polarização: horizontal; e transponder – 11 A2

TV Senado

SEGUNDA-FEIRA

1h - Cidadania 1
2h - Especiais
2h30 - Fala Cidadão
3h - Idéias
3h30 - Entrevista 1
4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Idéias
5h30 - Fala Cidadão
6h - Cidadania 2
7h - Especiais
7h30 - Entrevista 2
8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais/Comissões
9h30 - Fala Cidadão
10h - Especiais/Comissões
12h - Idéias
12h30 - Entrevista 3
13h - Cidadania 3
13h45 - Jornal do Senado
14h - Plenário (ao vivo)
18h30 - Jornal do Senado
19h - Conversa de Músico
19h30 - Cidadania 4
20h30 - Entrevista 4
21h - Jornal do Senado
21h30 - Plenário (reapresentação)

TERÇA-FEIRA

1h - Cidadania 4
2h - Especiais
2h30 - Jornal do Senado
3h - Cores do Brasil
3h30 - Entrevista 4
4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Cores do Brasil
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania 1
7h - Especiais
7h30 - Entrevista 1
8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais/Comissões
9h30 - Fala Cidadão
10h - Comissões (ao vivo)
13h - Cidadania 2
13h45 - Jornal do Senado
14h - Plenário (ao vivo)
18h30 - Jornal do Senado
19h - Cores do Brasil/ Comissões
19h30 - Cidadania 3/Comissões
20h30 - Entrevista 3
21h - Jornal do Senado
21h30 - Plenário (reapresentação)

QUARTA-FEIRA

1h - Cidadania 3
2h - Especiais
2h30 - Jornal do Senado
3h - Cores do Brasil
3h30 - Entrevista 3
4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Cores do Brasil
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania 4
7h - Especiais
7h30 - Entrevista 4
8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais/Comissões
9h30 - Fala Cidadão
10h - Comissões (ao vivo)
13h - Cidadania 1
13h45 - Jornal do Senado
14h - Plenário (ao vivo)
18h30 - Jornal do Senado
19h - Cores do Brasil/ Comissões
19h30 - Cidadania 2/Comissões
20h30 - Entrevista 2
21h - Jornal do Senado
21h30 - Plenário (reapresentação)

QUINTA-FEIRA

1h - Cidadania 2
2h - Especiais
2h30 - Jornal do Senado
3h - Cores do Brasil
3h30 - Entrevista 2
4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Cores do Brasil
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania 3
7h - Especiais
7h30 - Entrevista 3
8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais/Comissões
9h30 - Fala Cidadão
10h - Plenário (ao vivo)
13h - Cidadania 4
13h45 - Jornal do Senado
14h - Plenário (ao vivo)
18h30 - Jornal do Senado
19h - Cores do Brasil/ Comissões
19h30 - Cidadania 1/Comissões
20h30 - Entrevista 1
21h - Jornal do Senado
21h30 - Plenário (reapresentação)

SEXTA-FEIRA

1h - Cidadania 1
2h - Especiais
2h30 - Jornal do Senado
3h - Cores do Brasil
3h30 - Entrevista 1
4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Cores do Brasil
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania 2
7h - Especiais
7h30 - Entrevista 2
8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Plenário (ao vivo)
13h - Cidadania 3
14h15 - Jornal do Senado
14h30 - Plenário/Comissões (reapresentação)
19h30 - Cidadania 4
20h30 - Entrevista 4
21h - Jornal do Senado
21h30 - Conversa de Músico
22h - Debate Brasil/ Espaço Cultural
23h30 - Idéias
24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

SÁBADO

1h - Cidadania
2h - Idéias
2h30 - Jornal do Senado
3h - Especiais
3h30 - Entrevista
4h - Fala Cidadão
4h30 - De Coração
5h - Especiais
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania
7h - Idéias
7h30 - Entrevista
8h - De Coração
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais
9h30 - Leituras
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
11h - Idéias
11h30 - Especiais
12h - Jornal do Senado
12h30 - Entrevista
13h - Fala Cidadão
13h30 - Cidadania
14h30 - Conversa de Músico
15h - Espaço Cultural
16h - Debate Brasil/Especiais
17h - Entrevista
17h30 - Idéias
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
19h - Cidadania
20h - Leituras
20h30 - Fala Cidadão
21h - Jornal do Senado
21h30 - Espaço Cultural
23h - Idéias
23h30 - De Coração
24h - Espaço Cultural/ Entrevista

DOMINGO

1h - Cidadania
2h - Fala Cidadão
2h30 - Jornal do Senado
3h - Especiais
3h30 - Entrevista
4h - Idéias
4h30 - De Coração
5h - Especiais
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania
7h - Fala Cidadão
7h30 - Entrevista
8h - Jornal do Senado
8h30 - De Coração
9h - Especiais
9h30 - Idéias
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
11h - Fala Cidadão
11h30 - Especiais
12h - Jornal do Senado
12h30 - Entrevista
13h - Idéias
13h30 - Cidadania
14h30 - Espaço Cultural
16h - Debate Brasil/Especiais
17h - Fala Cidadão
17h30 - Entrevista
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
19h - Cidadania
20h - Conversa de Músico
20h30 - Leituras
21h - Idéias
21h30 - Espaço Cultural
23h - Fala Cidadão
23h30 - De Coração
24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

Como sintonizar

TV A CABO

NET, Canbras TVA, Canbras e Video Cabo

TV POR ASSINATURA

Sky, Directv e Tecsat

ANTENA PARABÓLICA

Sistema analógico:

Satélite - B1

Transponder - 11 A2 Polarização: Horizontal

Freqüência - 4.130 MHz

Sistema digital:

Satélite - B1

Transponder - 1 BE (Banda Estendida), Polarização: Vertical

Freqüência - 3.644,4 MHz

Freqüência (Banda - L) - 1.505,75 MHz

Antena - 3,6 m

PID - Vídeo: 1110 / Áudio: 1211 / PCR: 1110

Receptor de Vídeo/Áudio Digital NTSC MPEG-2 DVB

Symbol Rate - 3,2143Ms/s

FEC - ¾

UHF

Canal 51, no Distrito Federal

A programação da Rádio e da TV Senado está sujeita a alterações em função do trabalho dos senadores no Plenário e nas comissões

SENADO

JANE ARAÚJO

Renan (*C*) inaugura a exposição ao lado da esposa, Verônica Calheiros, e de Mariza Gomes (*D*), esposa de José Alencar

Mostra *Artistas Brasileiros* reúne 60 obras de todo o país

Sessenta obras de artistas de todos os estados do Brasil estarão expostas no Salão Negro do Congresso Nacional até o dia 14 de julho, na segunda edição da mostra *Artistas Brasileiros,* que reúne a arte de autores dos 27 estados, escolhidos pelos respectivos senadores.

Ao inaugurar a exposição, o presidente do Senado e organizador do evento, Renan Calheiros, afirmou que o mosaico cultural brasileiro ali representado, com artistas consagrados junto a outros que começam a construir uma carreira, "reflete de forma magnífica a riqueza e as tradições culturais do país".

– Essas pinturas figurativas, geométricas e abstratas, essas paisagens humanas e rurais retratam, cada uma a seu modo, a beleza do nosso Brasil, o dia-a-dia do nosso povo, sua força, sua alegria, suas crenças. São obras que nos enchem de orgulho pelo simples fato de sermos brasileiros.

Também discursou a gravadora e pintora paulista Maria Bonomi, em nome dos artistas plásticos.

Ela ressaltou que o evento dá maior visibilidade ao artista brasileiro e disse que os resultados são bons tanto para o artista conhecido quanto para o iniciante.

O gaúcho Glênio Bianchetti, que expôs uma natureza-morta com peixes, foi um dos artistas mais elogiados da mostra, inclusive pelo senador Renan Calheiros, que destacou ainda o trabalho de Tomie Ohtake e o de Tânia Maia Pedrosa, de Alagoas.

Prestigiaram a abertura da exposição Verônica Calheiros, esposa de Renan, Mariza Gomes, esposa do vice-presidente José Alencar, e o diretor-geral do Senado, Agaciel Maia, entre várias outras personalidades.

Interlegis se prepara para sua segunda fase

O protocolo de intenções que balizará a segunda etapa do Programa Interlegis, que terá início em janeiro de 2007, deverá ser assinado no dia 8 de agosto, em Florianópolis, no 8º Encontro da Associação Brasileira das Escolas Legislativas (Abel). Seminário realizado na semana passada com a presença de diretores de escolas legislativas de todo o Brasil e representantes do Senado, da Câmara dos Deputados e do Tribunal de Contas da União (TCU) marcou o final da primeira fase do Programa Interlegis.

Para o diretor nacional do Interlegis, senador Efraim Morais (PFL-PB), o sucesso da primeira fase é atestado pela interligação virtual de 4.200 dos 5.564 municípios brasileiros e pela capacitação de recursos humanos para atuar no Poder Legislativo.

Conforme Efraim, o desafio da segunda etapa será envolver todos os municípios e implantar a Comunidade Virtual de Educação Legislativa, por meio da qual os membros da rede terão um canal de comunicação para trabalhar em ações conjuntas.

– É a construção da grande comunidade virtual do Interlegis. Esse é o sentido da palavra de ordem do Interlegis: por um Legislativo integrado e moderno.

O diretor-geral do Senado, Agaciel da Silva Maia, ressaltou que um dos passos mais importantes da primeira fase foi a realização do 1º Censo do Legislativo, que "permitiu um diagnóstico, um raio-X do Poder Legislativo de todo o Brasil".

JOSÉ CRUZ

Efraim Moraes (*C*) salienta que o Interlegis já conectou 4.200 municípios. Para Agaciel *(D)*, destaque foi o Censo Legislativo

Para muitos, integração chega junto com informática

Para integrar os legislativos municipais, o Interlegis doou para 3.200 municípios um computador conectado à internet, com impressora. Em 900 deles, foi o primeiro equipamento do serviço público.

Segundo Telma Venturelli, coordenadora de pesquisa do Interlegis, é muito comum que tais computadores não sejam utilizados apenas pelo Legislativo. "Normalmente, as câmaras dos municípios pequenos estão localizadas dentro das prefeituras, que também aproveitam o equipamento."

Escolaridade de vereadores é inferior à dos assessores

Os vereadores brasileiros têm, em geral, menos tempo de estudo que seus funcionários nas câmaras municipais, segundo o 1º Censo do Legislativo Brasileiro. A maioria dos vereadores tem 2º grau incompleto, ao contrário dos funcionários.

Segundo José Dantas Filho, diretor técnico do Interlegis, isso redireciona o trabalho em alguns casos. "O foco da capacitação deve estar nos assessores, pois isso terá reflexos na qualidade da produção legislativa das câmaras."

Aconteceu no Senado

Retorno da seleção tetracampeã ao Brasil em 1994 provoca polêmica

O tetracampeonato, conquistado pela Seleção Brasileira de Futebol em 1994, foi comemorado em todo o país com euforia esperada por 24 anos de jejum de títulos mundiais. Mas a festa nas ruas foi antecipada por uma grande confusão no Rio de Janeiro, quando os jogadores se rebelaram contra a possibilidade de terem de pagar imposto pelas 17 toneladas em bagagens trazidas dos Estados Unidos.

Depois de horas de tumulto na alfândega, com a população ameaçando invadir o aeroporto, os jogadores conseguiram deixar o local sem terem as bagagens fiscalizadas.

Eduardo Suplicy (PT-SP) ressaltou que, diante de tamanha confusão, o Executivo acabou por determinar a liberação das bagagens não só dos jogadores brasileiros e da comissão técnica, mas também de todos os demais passageiros do mesmo vôo.

– O adequado seria que tivessem todos pago os devidos impostos. O sentido de minha manifestação foi com respeito à legislação – lamentou.

Segundo Pedro Simon (PMDB-RS), o presidente Itamar Franco não teria dado a ordem para liberar a bagagem.

– Considero normal, no entanto, que tenha pedido para facilitar a saída dos jogadores do aeroporto. Em tal situação, eu destacaria um fiscal para cada jogador, faria o levantamento, o jogador iria embora e pagaria o imposto depois – afirmou.

O então senador Ney Maranhão (PRN-PE) ponderara que havia maneiras diretas de fiscalizar os jogadores, sem constrangimento.

– Não sou contrário a que eles paguem o imposto devido, mas sem fazer média no aeroporto.

ARQUIVO FOLHA IMAGEM

O atacante Romário mata no peito diante dos italianos na final de 1994: Baixinho foi um dos destaques da seleção, ao lado de Dunga e Taffarel

O Brasil levou a taça ao bater a Itália por 3 a 2, nos pênaltis, em Pasadena (Califórnia), nos Estados Unidos.

(Com Cedoc Multimídia e Arquivo do Senado)

MESA DO SENADO FEDERAL
Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros
1º Secretário: Efraim Morais
2º Secretário: João Alberto Souza
3º Secretário: Paulo Octávio
4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos
Suplentes de Secretário: Serys Slhessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

JORNAL DO SENADO

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333
Editor-chefe: Valter Gonçalves Júnior
Edição: Djalba Lima, Edson de Almeida, Flávio Faria, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Suely Bastos.
Reportagem: Alexandre Guimarães, Cíntia Sasse, João Carlos Teixeira, Mikhail Lopes, Paula Pimenta, Sylvio Guedes e Thâmara Brasil.
Diagramação: Ana Rita Grilo, Iracema F. da Silva, Henrique Eduardo, Osmar Miranda e Sergio Luiz Gomes da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Morais e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e Atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

Agência Senado
Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Sílvia Gomide e Davi Emerich (61) 3311-1670
Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151
www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61-2211 – Fax: (61) 3311-3137
Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília/DF – CEP 70165-920
O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado em conjunto com a equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.
Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Drogas: quando a vítima é adolescente

Nesta terceira e última edição sobre o uso de drogas, o *Especial Cidadania* faz um panorama sobre o consumo por adolescentes, cada vez mais precoce no país.

Segundo o Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas (Cebrid), 5,2% dos brasileiros entre 12 e 17 anos são dependentes de álcool, 2,2% de tabaco, 0,6% de maconha e 0,2% de tranqüilizantes.

Ambiente favorável ao uso e amigos usuários facilitam o contato e as primeiras experiências com as drogas, em especial com o álcool, que tem a menor idade de início de uso entre as drogas. Em média, os estudantes pesquisados ingeriram álcool pela primeira vez com 12,5 anos.

Depois do álcool, as drogas que crianças e adolescentes experimentam com menor idade são o tabaco, os solventes e os medicamentos (anfetaminas, anticolinérgicos e ansiolíticos), e em seguida as drogas ilícitas, como maconha e cocaína.

ANA VOLPE

Cerca de 15% dos estudantes da rede pública já usaram inalantes ou solventes pelo menos uma vez

O que os jovens procuram

Por que os adolescentes usam drogas?

- para parecer adulto (a droga é vista como símbolo de maturidade)
- para fugir ao domínio dos pais e parentes (a droga é vista como facilitadora do processo)
- para ser aceito pelo seu grupo de amigos
- para fugir ao estresse
- para rebelar-se contra o sistema em que vive
- para aumentar sua capacidade de aprender.

Se o adolescente continua a usar a droga depois de experimentar, é sinal de problemas graves, como a depressão, por exemplo. Segundo o especialista em saúde mental Fleitlich-Bilyk, essa doença atinge 1% de crianças e jovens brasileiros.

Como saber se um adolescente usa drogas?

Alterações repentinas de comportamento, agressividade, irritabilidade e queda no rendimento escolar são os primeiros sinais. Também pode ser sintoma a ocorrência de:

- acidentes freqüentes
- doenças maldefinidas, com tosse, rinite e falta de ar
- dores abdominais e náuseas
- mudanças no sono e apetite, levando ao emagrecimento
- mudança no grupo de amigos
- opiniões extremas quando o assunto é drogas
- cultura do uso de drogas, (camisetas, adesivos, músicas)
- aumento do tempo recluso dentro do próprio quarto e
- desaparecimento de objetos pessoais e da casa.

Além de estar atento a essas mudanças, a melhor maneira de se descobrir se um adolescente está usando drogas ainda é uma conversa franca sobre o assunto, com tato, bom senso e tranqüilidade. Isso pode ser suficiente para alertar e afastar o perigo das drogas. No entanto, acompanhamento especializado e até uma internação podem ser necessários em situações de maior gravidade.

Quais as conseqüências para o adolescente?

As mudanças são mais evidentes nos meninos, que costumam se envolver em problemas com a polícia, ter baixo desempenho ou até abandonar a escola. Já a depressão é mais freqüente nas meninas. É comum também o envolvimento em furtos, roubos, tráfico de drogas ou prostituição como meio de adquirir dinheiro para comprar droga. Nos usuários crônicos de maconha há perda do interesse pelas atividades normais da idade.

O tratamento do adolescente é diferente?

Ao contrário dos adultos, que já teriam desenvolvido seus papéis na sociedade antes da dependência, os adolescentes freqüentemente encontram maior dificuldade para ficar sem a droga porque não conseguem – e muitas vezes não sabem, por falta de referência anterior – preencher seu tempo com atividades sem relação com as drogas.

Por outro lado, o adolescente e o pré-adolescente sabem que não podem voltar ao comportamento anterior, no qual correriam o risco de usar novamente essas substâncias. O tratamento exige, portanto, que o adolescente reconstrua sua identidade, e a maior dificuldade é que essa identidade é completamente nova, não pode ser relembrada, porque não existia de forma completa. Deve ser construída. Não se trata de reabilitação, mas sim de habilitação, na qual, independentemente do tipo de tratamento, a participação da família é essencial. Outra peculiaridade é que o adolescente não tem consciência plena dos problemas físicos ou psicológicos que as drogas podem causar.

Saiba mais sobre drogas

Cartilha para Pais de Adolescentes da Secretaria Nacional Antidrogas
www.grea.org.br/publicacoes/pais_de_adolescentes.pdf

ECOS (Comunicação em Sexualidade)
www.ecos.org.br – (11) 3255-1238
Rua Araújo, 124, 2º and. – São Paulo (SP) – CEP 01220-020

USP – Grupo Interdisciplinar de Estudo de Álcool e Drogas
www.grea.org.br
(11) 3069-6960/3069-7891
Rua Dr. Ovídio P. Campos, 785
São Paulo (SP) – CEP 05403-010

Revista Adolescer
www.abennacional.org.br/revista/sumario.html
(61) 3226-0653
SGAN 603, cjto B – Brasília (DF)
CEP 70830-030

Sociedade de Pediatria de São Paulo
www.spsp.org.br/index_leigo.htm
(11) 3284-9809/3284-0308
Alameda Santos, 211 – cjs. 501/2 e 511/12 – Cerqueira César
São Paulo (SP) – CEP 01419-000

Risco de gravidez precoce é maior entre os usuários

Uma conseqüência muito comum do uso de drogas é a gravidez, uma vez que, com a consciência alterada pela susbstância, o adolescente deixa de usar camisinha ou qualquer outro tipo de contracepção. A droga então, além de prejudicar a mãe, passa a atuar no feto.

Álcool – Atraso no desenvolvimento, má-formação de órgãos vitais. O álcool é também a causa mais comum de retardamento mental infantil não-hereditário.

Cigarro – Atraso no desenvolvimento físico e mental, baixo peso, problemas respiratórios, pressão alta, rompimento prematuro da bolsa d'água e insuficiência cardíaca antes do parto.

Cocaína – Causa hipertensão no bebê, que pode ainda nascer prematuro, deformado e em sofrimento (falta de oxigênio). Na maioria das vezes, o uso de cocaína provoca a morte do bebê.

Inalantes – Aborto espontâneo, defeitos no sistema nervoso central e deformidades.

Maconha – Causa dificuldade para aprender e alterações no comportamento da criança.

Dependência: porta aberta para Aids, DSTs e hepatite

Segundo pesquisa recente do Cebrid, no Brasil as drogas injetáveis são mais consumidas em grupo e os dependentes compartilham as seringas em 70% das aplicações. Some-se a isso a redução do uso de camisinha e tem-se a razão da epidemia de Aids e outras doenças sexualmente transmissíveis (DSTs) entre dependentes químicos.

A Aids é transmitida ainda na gestação, parto ou amamentação, não tem cura e pode levar à morte, especialmente se o tratamento não for seguido à risca.

Já as hepatites B e C são muito mais fáceis de pegar. Além do sangue contaminado e das relações sexuais, são transmitidas pelos canudos para inalação de drogas e até pelas rachaduras nos lábios de quem usa *crack*, comprometendo o funcionamento do fígado, órgão vital do corpo. Os postos de saúde vacinam gratuitamente os jovens de até 20 anos contra a hepatite B.

Substâncias ilícitas convertem o esporte em risco à saúde e à vida

Os adolescentes estão ainda expostos às drogas usadas para melhorar o desempenho esportivo ou para adquirir músculos. Essas substâncias, apesar de ilícitas, são cada vez mais comuns em academias e centros esportivos e, além de comprometer a saúde, não raro levam à morte.

Os anabolizantes, por exemplo, aumentam o tamanho, a força, a potência dos músculos, e a tolerância ao exercício. São os preferidos dos halterofilistas, lutadores de artes marciais e dos jovens que querem ter um corpo mais musculoso.

Por sua vez, os estimulantes, como as anfetaminas, a efedrina e a cafeína, aumentam a tolerância ao esforço físico e à dor, e são normalmente usados por jogadores de basquete, vôlei, futebol e por ciclistas.

Já a eritropoetina é a droga mais usada por ciclistas, triatletas e maratonistas, porque aumenta a resistência do atleta.